

TERMO DE REFERÊNCIA
SERVIÇO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação de áreas verdes e ajardinadas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes, EPIs, equipamentos, ferramentas, materiais, mobiliário, insumos e serviços extras, no regime de empreitada por MENOR PREÇO UNITÁRIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição/ especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Estimado
1	Prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação de áreas verdes e ajardinadas, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniformes, EPIs, equipamentos, ferramentas, materiais, mobiliário, insumos e serviços extras.	Serviço	1	R\$ 14.695.746,95

1.2 O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da lei 10.520 de 2002, c/c art. 1º do Decreto nº 10.024/2019. Vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

1.3 Os quantitativos e os respectivos itens que compõem os serviços estão discriminados na tabela acima.

1.4 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Menor Preço Unitário.

1.4.1. O regime de execução da contratação será de empreitada por preço unitário pois observa-se que pela natureza do serviço que se pretende, os interessados podem cotar um preço certo pré-definido e correspondente ao valor total do serviço.

1.5 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2- JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1 A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, Anexo 5 deste instrumento, abrange a prestação de serviço de atendimento envolvendo as atividades de manutenção e conservação áreas verdes e ajardinadas, envolvendo mão de obra residente devidamente capacitada, para atender a demanda dos campi Fiocruz, incluindo o fornecimento de uniformes e EPIs; equipamentos, materiais e ferramentas; mobiliário; insumos e serviços extras para as unidades Fiocruz/R.J.

4- DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1 Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

5.1.1.1 A Contratada deverá atender as especificidades de cada demanda, conforme descritas no item 10 descritos neste Termo de Referência;

5.1.1.2 A Contratada deverá executar as atividades em todos os *campi* da Fundação Oswaldo Cruz no estado do Rio de Janeiro, conforme descrito neste Termo de Referência;

5.1.1.3 Atender a execução diária de atividades descritas neste Termo de Referência, incluindo finais de semanas em situações específicas conforme carga horária de 44h semanais e turnos 12x36;

5.1.1.4 Obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental nas execuções das atividades, atendendo no mínimo os itens previstos no subitem 5.1.3.7 deste Termo de Referência;

5.1.1.5 Obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades;

5.1.1.6 Atender ao deslocamento de mão de obra para executar atividades em outros *campi* Fiocruz, bem como o deslocamento dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução

5.1.2 Os serviços a serem contratados, objeto deste Termo de Referência, são de natureza continuada;

5.1.3 A Contratada deverá adotar os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade, mínimos, a seguir:

5.1.3.1 Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados, para redução do consumo de energia elétrica e de água, observadas as normas ambientais vigentes. Para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

5.1.3.2 Deverá atender à Política de Sustentabilidade da Instituição.

5.1.3.3 Atender, no que couber, às exigências previstas na IN 01/2010 – SLTI/MPOG.

5.1.3.4 Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços.

5.1.3.5 No que diz respeito à mão de obra a contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego realizando treinamentos dos seus funcionários periodicamente.

5.1.3.6 Responsabilizar-se pelo recolhimento e descarte adequado de todo o material por ela utilizado, durante a execução dos serviços.

5.1.3.7 Atendimento às leis e normas ambientais, tais como:

- Decreto Nº 30.779 Dispõe sobre a medida compensatória decorrente da emissão de autorização para remoção de vegetação;
- Portaria FJP “N” Nº 111: Estabelece norma técnica para aprovação de projetos para plantio de árvores em áreas públicas e privadas submetidos à análise da Fundação Parques e Jardins e dá outras providências;
- Portaria FJP “N” Nº 112: Estabelece norma técnica para o plantio de árvores em áreas públicas e privadas sob a responsabilidade da Fundação Parques e Jardins e dá outras providências;
- Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Lei nº 6938 de 17/01/1981 Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei complementar nº 140 de 08/12/2011 - Proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, fauna e da flora;
- Lei Estadual Nº 4.191 Política estadual de resíduos sólidos;
- Resolução SMAC Nº 587: Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de autorização para remoção de vegetação e dá outras providências;
- Resolução Nº 481: Estabelece critérios e procedimentos para garantir o controle e a qualidade ambiental do processo de compostagem de resíduos orgânicos, visando à proteção do meio ambiente e buscando reestabelecer o ciclo natural da matéria orgânica e seu papel natural de fertilizar os solos;
- NBR 16246 Florestas urbanas – Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas (parte 1, 2, 3 e 4);

5.1.3.8 Colaborar de forma efetiva na informação de ocorrências para manutenção constante das instalações, tais como: vazamentos na torneira ou no sifão do lavatório e chuveiros; luzes de postes e refletores ligadas durante o dia; veículos estacionados em áreas ajardinadas (jardins); pragas e doenças na vegetação, entre outras.

5.1.4 A duração inicial do contrato é de 12 (doze meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

5.1.5 Para os serviços a serem contratados não há necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

5.1.6 A Fiocruz definiu como solução de mercado a contratação de empresa especializada na prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, bem como execução por m², conforme descrito no item 10 deste Termo de Referência.

5.2 O enquadramento da categoria profissional empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), é o seguinte:

Categoria Profissional	CBO da Categoria Profissional
Auxiliar de Limpeza	5143-20
Encarregado	4101-05
Auxiliar de Jardinagem	5142-05
Jardineiro	6220-10
Jardineiro Líder	6220-10
Operador de Roçadeira	7151-45
Operador de Motosserra	6321-20
Operador de Microtrator	7151-25
Supervisor	4101-05

5.3 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.4 Não há necessidade de estimativa de custos com deslocamentos e hospedagens;

5.5 As obrigações da Contratada e Contratante são aquelas previstas neste Termo de Referência, nos itens 12 e 13.

5.6. O presente objeto da licitação se enquadra em legislações especiais, estando as mesmas descritas no item 5 e seus subitens, entretanto não se insere em margem de preferência.

6- VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 15:00 horas. O licitante interessado em realizar a Vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, deve realizar o agendamento previamente pelo telefone (21) 2209-2142/2190. A vistoria poderá ser importante para o licitante por se tratar de serviços especializados, a serem executados nas áreas de extensão dos campi, as quais possuem situações geográficas peculiares. Nas peculiaridades, consideram-se áreas tombadas, área de proteção ambiental, corredores ecológicos, relevos acidentados e que necessitam de conhecimento prévio para melhor dimensionamento das propostas.

6.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3 Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4 A não realização da vistoria, uma vez ser a mesma facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 Os serviços a serem contratados estão descritos a seguir, na forma de atividades a serem executadas pelas equipes, nas diversas áreas dos campi Fiocruz, no estado do Rio de Janeiro.

7.1.2 Fará parte do escopo desses serviços o fornecimento e a manutenção de insumos; uniformes e o fornecimento de ferramentas e equipamentos, bem como sua manutenção e contemplará as seguintes atividades:

7.1.2.1 A manutenção, conservação e preservação de gramados incluem desde serviços básicos como poda, roçada e aparos, limpeza, aeração, replantio, controle de plantas espontâneas e invasoras, até de serviços indicados e acompanhados por profissional habilitado (com formação em Engenharia Agrônoma ou Florestal ou outra habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho da atividade objeto da presente licitação), tais como adubação e controle manejo fitossanitário. E há necessidade de sua execução ser contínua.

7.1.2.2 A manutenção, conservação e preservação das áreas ajardinadas, vasos ornamentais e jardineiras incluem as atividades técnicas destinadas à manutenção geral, a fim de evitar a degradação dos jardins, áreas verdes e solos existentes nos campi. Além disso, para preservar a vitalidade das vegetações existentes e as características originais dos projetos paisagísticos. Consiste também na requalificação de áreas degradadas com plantio/replantios.

7.1.2.3 Outros serviços básicos para compor as atividades descritas acima são: manejo e controle das ervas espontâneas e invasoras, podas, roçadas, capinas, aparos de grama, limpeza da área e dos elementos paisagísticos, retirada de qualquer resíduo classificado no grupo D na RDC 222/2018, replantio, irrigação, reprodução e propagação de espécies e também serviços mais específicos que necessitam da recomendação e acompanhamento de profissional habilitado (ex.: Eng. Agrônomo), tais como: manejo fitossanitário, poda e remoção de árvores, incluindo todas as partes das plantas, adubação execução e conservação de aceiros.

7.1.2.4 Outros serviços básicos para compor as atividades descritas acima são: manejo e controle das ervas espontâneas e invasoras, podas, roçadas, capinas, aparos de grama, limpeza da área e dos elementos paisagísticos, retirada de qualquer resíduo classificado no grupo D na RDC 222/2018, replantio, irrigação, reprodução e propagação de espécies e também serviços mais específicos que necessitam da recomendação e acompanhamento de profissional habilitado (ex.: O Engenheiro indicado pela Contratada), tais como: manejo fitossanitário, poda e remoção de árvores, incluindo todas as partes das plantas, adubação execução e conservação de aceiros.

Rotinas necessárias ao cumprimento das atividades descritas acima são:

- Todo o material resultante de varrição e da coleta de resíduos de acordo com a classificação na RDC 222/2018 deverá ser removido para o local determinado pela contratante.
- Deverá ser executada continuamente a capina e limpeza das calçadas externas aos limites da Fiocruz, bem como das áreas contíguas às portarias;
- Retirada de lixo das papelarias localizadas nas vias;
- Conservação de Aceiros
- Limpeza de Interstícios dos bloquetes (calçamento por lajotas, pedras portuguesas e pisos cimentados).

7.1.3 A manutenção de fontes, lagos e espelhos d'água, demanda de grande importância para manter a qualidade da água, das espécies vegetais aquáticas e dos peixes, garantindo boa aparência destes elementos paisagísticos. Este serviço de manutenção consiste em limpeza do sistema de filtragem e oxigenação da água, aspiração, manutenção do correto nível de água, retirada do resíduo, folhas secas ou qualquer outro que esteja interferindo na qualidade do elemento, orgânico ou inorgânico, em caso de ocorrência, lavagem da estrutura quando necessário, aplicação de produtos químicos tipo cloro, de forma a manter o espelho d'água sempre vistoso, com aspecto cristalino, com perfeita visualização do fundo, além de não apresentar mau cheiro. Controle de algas, microorganismos e insetos, deve ser preferencialmente biológico e, se necessário, desde que autorizado pela Administração.

7.1.4 A limpeza e manutenção de galerias de águas pluviais, de calhas, telhados e boca de lodo consistem em retirar todo acúmulo de resíduos/detritos das bocas de lodo, de valas e canais de escoamento de águas pluviais, calhas, lajes e telhados, devendo ser feita diariamente para prevenir o entupimento das redes de água pluvial e corrigir quando for necessário e ainda para remoção de detritos que possam causar o assoreamento.

7.1.5 O processo de Compostagem consiste em tratar os resíduos orgânicos, arbóreos ou não, através de um processo biológico em que os microrganismos, em presença de oxigênio e em condições controladas, transformam a matéria orgânica num material semelhante ao solo, a que se chama composto, e pode ser utilizado como adubo, ou insumo para as atividades de manutenção das áreas verdes e ajardinadas ou para produção de mudas.

7.1.6 Controle Manejo Fitossanitário – consiste em um procedimento realizado para o controle de pragas nas áreas verdes e ajardinadas, utilizando defensivos e outros métodos a fim de evitar ou reduzir a proliferação de patógenos, para que não causem danos significativos. O Manejo Integrado de Pragas se utiliza de tecnologias químicas, orgânicas e mecânicas e/ou outras técnicas adequadas, quando disponíveis, para controlar pragas, doenças ou plantas daninhas. Deve ser realizada profissional capacitado e seguindo as orientações e receituários emitidos por profissional habilitado e sob aprovação da gestão.

7.1.7 Produção de mudas – para atender as demandas de manutenção das áreas ajardinadas, também ao planejamento da Cogic com a criação de novas áreas com vegetação. Consiste no manejo de espécies botânicas diversificadas e sua duplicação, podendo ser ornamentais ou não, para atender os projetos paisagísticos, manutenção de canteiros e afins, como também, preservar as espécies vegetais que compõem o acervo botânico existente. Além disso, consiste em coleta de propágulos para a produção de mudas, e manutenção destas em condições adequadas ao plantio definitivo, executado por profissional qualificado e seguindo as orientações técnicas do profissional habilitado.

7.2 A execução dos serviços terá início na data prevista e determinada pela Contratante, após a assinatura do contrato.

7.3 Serviços Extras

7.3.1 Quando solicitado pela Fiscalização do Contrato, a Contratada deverá, dentro do prazo de 2 (duas) horas, após a comunicação formal da fiscalização, fornecer os materiais e insumos extras e/ou executar os serviços extras listados na tabela abaixo:

Descrição dos materiais, insumos e serviços extras	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida
Fertilizante N-P-K de liberação lenta 15-09-12 enriquecido com micronutrientes (Mg 1%; S2,3%; B 0,02%; Cu 0,05%; Fe 1%; Mn		

0,06%; Mo 0,002%; Zn 0,05%).	2640	Kg
Adubo N-P-K com a formulação de 4 partes de Nitrogênio, 14 partes de Fósforo e 8 partes de Potássio.	2640	Kg
Adubo N-P-K com a formulação de 10 partes de Nitrogênio, 10 partes de Fósforo e 10 partes de Potássio.	2640	Kg
Fertilizante organomineral foliar, totalmente solúvel em água que não oferece risco no seu manuseio e nem agride o meio ambiente. Com formulação de 08% de nitrogênio, 01% de Fósforo, 02% em Potássio e carbono total em 10%	300	Litros
Isca formicida para controle de formigas cortadeiras do gênero Atta (saúvas) e do gênero Acromyrmex (quenquéns). Composto por ingrediente ativo Sulfluramida e atrativo a base de polpa de laranja e óleos vegetais.	120	Gramas
Inseticida orgânico composto de óleo puro obtido a partir da prensagem à frio das amêndoas de sementes de Neem indiano (Azadirachta indica).	300	Litros
Inseticida Biológico a base de uma bactéria de ocorrência natural, Bacillus thuringiensis var. kurstaki (Btk). É utilizado para controle de lagartas.	6000	Gramas
Óleo Mineral Inseticida, acaricida, fungicida, adjuvante e espalhante adesivo. Mistura de hidrocarbonetos parafínicos, ciclo parafínicos e aromáticos saturados e insaturados provenientes da destilação do petróleo.	300	Litros
Fertilizante mineral misto a base de cobre, enxofre e cálcio. Composição garantida: 20% de Cobre (Cu), 03% de cálcio (Ca) e 10% de Enxofre (S).	36	Litros
Calcário. Pó de rocha sedimentares composta de argonita e/ou calcita e dolomita. Utilizado para correção do pH do solo e corrigir pequenas deficiências de magnésio, apresentando em sua composição a relação média de cálcio e magnésio de 7:1.	1800	Kg
Saquinho plástico preto para produção de mudas 15x15	120000	Unidade
Saquinho plástico preto para produção de mudas 20x25	120000	Unidade
Esterco curtido. Adubo orgânico rico em Nitrogênio. Confeccionado através de sementes de mamona trituradas.	1200	Kg
Torta de mamona. Adubo orgânico rico em fósforo, cálcio e magnésio, nutrientes que, junto com o nitrogênio são fundamentais para a formação de folhas e frutos.	1200	Kg
Condicionador de solo classe "A", a base de turfas com alto teores de substâncias húmicas. Acondicionado em saco de 50Kg.	48	Unidade
Inseticidas são os defensivos químicos responsáveis pelo controle dos insetos que estejam causando danos à vegetação.	301	Litros
Fungicidas são os defensivos químicos que combatem a presença dos fungos que podem causar danos à vegetação.	303	Litros
Herbicida. Defensivos químicos utilizados no combate às plantas espontâneas indesejáveis.	304	Litros
Tela sombreadora 70% - 3x20 m (LxC)	120	Metros
Tela sombreadora 50% - 3x20 m (LxC)	120	Metros
Gramas esmeralda. Nome científico: Zoysia Japônica, m² do tapete	1200	M²
Saco plástico lixo, capacidade:100 l, cor: preta, apresentação: peça única, largura:80 cm, altura:100 cm, pacote com 100 unidades	120	Pacote
A manta geotêxtil não tecida atua como elemento filtrante em sistemas de drenagem, separa e inibi a mistura de diferentes materiais, reforça a estrutura de solo no qual está inserido, entre outras funções. 2,2 metros de altura por 100,0 de comprimento.	2	Unidade
Caixa plástica, comprimento 62 cm, largura 41 cm, altura 25 cm.	24	Unidade
Areia média lavada, em saco de 20 kg	240	Unidade
Contentor confeccionado em material plástico resistente, com tampa e rodas. Utilizado auxiliando a limpeza das áreas. Cor cinza.	304	Unidade
Pedra brita nº1, granito, em saco de 20 kg	240	Unidade

Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Limpeza)	100 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Limpeza)	50 diárias de 4 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Jardineiro)	100 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Jardineiro)	50 diárias de 4 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Jardineiro)	50 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Jardineiro)	30 diárias de 4 horas	Diária

Observação 01: A licitante deverá considerar em seus custos os insumos e serviços **extras** necessários à perfeita execução dos serviços, quando necessários.

Observação 02: Os serviços e insumos **extras** serão planejados separadamente e serão pagos mensalmente após recebimento da nota fiscal de prestação de serviço, pelo total entregue e/ou realizado no mês.

8- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:

8.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1- O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação de serviços estabelecendo as bases para manter e melhorar qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços nos *campi* Fiocruz, podendo ser aplicada à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato.

8.1.2 Serão considerados para efeito de medição:

8.1.2.1- Item de Medição 1: Glosas pelas Faltas não cobertas diariamente nos postos de trabalho levando em consideração o valor dos custos dos profissionais dividido pelas quantidades de dias de execução previstos no mês, chegando assim a um valor líquido o qual será aplicado o IMR. Exemplo: = (custo do profissional/dias de execução no mês).

8.1.2.2- Item de Medição 2: A prestação do serviço será aceita e a qualidade avaliada mensalmente por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 4, o qual poderá ser descontado da empresa Contratada a alíquota de 5% do valor líquido, pelo não alcance das metas pré-estabelecidas constante no Anexo 4, chegando assim a um valor final de fatura a liberar.

8.1.3 A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

8.1.4 A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

8.1.5 A CONTRATADA será avaliada por meio do resultado das avaliações da qualidade do serviço prestado em decorrência de verificações em campo por meio de vistorias realizadas pelos fiscais operacionais das unidades assistidas que subsidiarão a fiscalização do contrato.

8.1.6 O resultado das avaliações da qualidade será por meio da análise do seguinte módulo:

8.1.6.1 A avaliação do serviço de manutenção das áreas verdes e ajardinadas

8.1.7 Nas avaliações realizadas pela fiscalização será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
9 a 10 (de nove a dez) pontos	6 a 8 (de seis a oito) pontos	3 a 5 (de três a cinco) pontos	0 a 2 (de zero a dois) pontos

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

8.1.8 O modelo de formulário utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo 4, nas dependências da Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

8.1.9 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.1.10 A fiscalização do contrato contará com um Fiscal Administrativo, designado pela COGIC – Coordenadoria Geral de Infraestrutura dos Campi, e se for o caso, fiscais setoriais indicados pelas unidades parcerias e designados pela Cogic que irão acompanhar todas as atividades/operações do serviço em suas unidades., além de apoio administrativo para dar suporte ao fechamento das faturas mensais e nas atividades operacionais.

8.1.11 A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através do preposto designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

8.1.12 A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das ocorrências das não conformidades apresentadas no IMR, pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

8.1.13 Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados.

8.1.14 A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas pelas unidades assistidas.

8.1.15 A Fiscalização do contrato avaliará através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a qualidade dos serviços e considerará as ocorrências registradas, por meio de seu fiscal operacional. A fiscalização do contrato irá consolidar o IMR final obtido em cada unidade a fim de se obter o percentual de satisfação da prestação do serviço e consequentemente verificar o atingimento do indicador de atendimento da cesta Fiocruz pela média dos percentuais atingidos nas respectivas unidades. O não atingimento do indicador de atendimento descrito no item 8.1.3 deste instrumento, sujeitará a Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência e no contrato.

8.2 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

9- MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e estabelecidas na planilha de custos em anexo, promovendo sua substituição quando necessário.

10 - INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1- Localidades de Prestação dos serviços

- Campus de Manguinhos: Av. Brasil, nº 4365, Manguinhos /RJ.
- Expansão do Campus: Av. Brasil, nº 4036, Manguinhos /RJ.
- Laboratório de Vetores da Doença de Chagas – INERU: Estrada da Covanca, nº 56 Jacarepaguá /RJ.
- Campus da Mata Atlântica: Estrada Rodrigues Caldas, nº 3400 - Taquara / Pavilhão Agrícola da Colônia Juliano Moreira – Jacarepaguá /RJ.
- Instituto Helio Fraga –IHF: Estr. de Curicica, nº 2000, Jacarepaguá /RJ.
- Palácio Itaboraí: Rua Visconde de Itaboraí, nº 188, Valparaíso - Petrópolis /RJ.
- Instituto Fernandes Figueira – IFF: Av. Rui Barbosa, nº 716 – Flamengo /RJ.

10.1.2- Carga horária de Trabalho

10.1.2.1- Expediente Normal da Instituição a ser cumprido segundo as escalas de trabalho abaixo.

10.1.2.2- Escala de 44 horas semanais- Segunda à Sábado.

Observação: A Contratada deverá prever o atendimento às demandas de manutenção das áreas verdes e ajardinadas de segunda a sábado, conforme os serviços destacados no item 7 deste Termo de Referência.

10.1.2.3- Escala 12x36 DIURNO – Segunda à Segunda

Observação: A Contratada deverá prever o atendimento às demandas de serviços de manutenção das áreas verdes e ajardinadas de segunda à segunda, conforme os serviços destacados no item 7 deste Termo de Referência.

Observações Gerais:

1. A Contratada deverá prover profissionais na categoria de Encarregado para Auxiliar de Limpeza, conforme disposto na planilha de custo e formação de preços.
2. De acordo com a necessidade de atendimento de manutenção nas áreas verdes e ajardinadas da Fiocruz, o horário de trabalho para os profissionais deverá ser definido com a fiscalização do contrato, não podendo ser ultrapassado a carga horária de 44 horas semanais, bem como obedecido a carga horária dos plantonistas 12x36 diurno.
3. A Contratada deverá observar o quantitativo necessário de profissionais de segurança do trabalho (SESMT) para atendimento ao contrato, conforme disposto no item 13.66.1.

10.1.3- Demanda a ser executada

10.1.3.1- Áreas para atendimento por metro quadrado, conforme disposto na planilha de custo:

- a) Varrição de Passeios e Arruamentos/44h semanais: _____ 174.990,07 m²
- b) Varrição de Passeios e Arruamentos/turno 12x36: _____ 18.210,50 m²
- c) Áreas de Pátios e Áreas Verdes /44h: _____ 30.640,96 m²
- d) Áreas de Pátios e Áreas Verdes /turno12x36: _____ 6.105,03 m²

10.1.3.2 - Os índices de produtividade são os definidos na IN MPOG nº 05/2017, sendo considerados limites de referência, em condições usuais, por auxiliar de limpeza, em jornada de oito horas diárias, os quais deverão ser observados para fins de oferta de preços pela empresa licitante.

10.1.3.3- Considerando o disposto no Anexo VI-B, Item 2.1, cujos termos indicam que “Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública”. A Fundação Oswaldo Cruz estabeleceu como condição OBRIGATÓRIA para todos os licitantes a utilização da produtividade MÍNIMA de 6000m² até a MÁXIMA de até 7000m² para as áreas de varrição de passeios e estacionamentos e de produtividade MÍNIMA de 1800m² até a MÁXIMA de 2000m² para as áreas de pátios e áreas verdes, conforme disposto nas planilhas de custo e formação de preço. Para os DEMAIS AMBIENTES, as licitantes deverão considerar a execução por posto de trabalho, conforme parâmetros de referência descritos na planilha de composição de custos e Termo de Referência.

10.1.3.3.1 – Considerando os parâmetros definidos, os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração, desde que não alterem o objeto da licitação. Sendo assim, as empresas interessadas poderão utilizar produtividades diferenciadas para as áreas cujas definições da produtividade não foram determinadas.

10.1.3.3.2 Detalhamento dos Quantitativos:

Tabela 1: Detalhamento dos Quantitativos de Postos de Trabalho

Categoria Profissional	CBO da Categoria Profissional	Unidade de Medida	Área/ Carga Horária	Produtividade Mínima de Referência (IN MPOG nº 05/2017)
				Quantidade de Profissionais
Auxiliar de Jardinagem	5142-05	Posto de Trabalho	44hs semanais	30
Jardineiro	6220-10	Posto de Trabalho	44hs semanais	66
Jardineiro Líder	6220-10	Posto de Trabalho	44hs semanais	9
Operador de Roçadeira	7151-45	Posto de Trabalho	44hs semanais	20
Operador de Motosserra	6321-20	Posto de Trabalho	44hs semanais	5
Operador de Microtrator	7151-25	Posto de Trabalho	44hs semanais	1
Supervisor	4101-05	Posto de Trabalho	44hs semanais	3
Totalizador				134

Tabela 2: Detalhamento dos Quantitativos de trabalhadores para execução por m²

Categoria Profissional	CBO da Categoria Profissional	Unidade de Medida	Área/ Carga Horária	Produtividade MÍNIMA de Referência (IN MPOG nº 05/2017)	Produtividade MÁXIMA de Referência (IN MPOG nº 05/2017)
				Quantidade de Profissionais	Quantidade de Profissionais
Auxiliar de Limpeza	5143-20	174.990,07 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/ 44h semanais	29,2	25,0
Encarregado	4101-05	174.990,07 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/ 44h semanais	0,97	0,83
Auxiliar de Limpeza	5143-20	18.210,50 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/turno 12x36	6,1	5,2
Encarregado	4101-05	18.210,50 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/turno 12x36	0,2	0,2
Auxiliar de Limpeza	5143-20	30.640,97 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ 44h semanais	17,0	15,3
Encarregado	4101-05	30.640,97 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ 44h semanais	0,6	0,5
Auxiliar de Limpeza	5143-20	6.105,03 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ turno 12x36	6,8	6,1
Encarregado	4101-05	6.105,03 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ turno 12x36	0,2	0,2
Totalizador				≅ 61	≅ 53

10.1.3.3.3 Os quantitativos previstos para as categorias profissionais de Auxiliar de Limpeza (CBO 5142-05) e Encarregado (CBO 4101-05) são por metro quadrado, devendo a licitante chegar a um número de trabalhadores para estes ambientes de acordo com sua performance (produtividade), conforme tabela acima.

10.1.3.3.4 O número total de profissionais para execução dos serviços irá variar entre 187 a 195 trabalhadores, devido à produtividade adotada pela licitante para o metro quadrado (tabela 2) e o total de postos de trabalho (tabela 1). A licitante deverá respeitar o somatório total de profissionais, conforme disposto na planilha de custo e formação de preços.

10.1.4 A Contratada deverá aprovisionar o percentual de 40% de insalubridade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico-financeira e isonomia entre os licitantes. Neste caso a Administração adotou-se como padrão o risco máximo de “40% de insalubridade”. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos contratuais.

Obs.: O salário-mínimo vigente deverá ser considerado como base de cálculo da referida insalubridade, exceto se estipulado outro indexador em Convenção Coletiva de trabalho da categoria.

10.1.5- Julgamento da Licitação

10.1.5.1 A licitação deverá ser julgada pelo menor preço global, devendo a licitante demonstrar seus custos conforme planilha de custos e composição de preços.

10.1.5.2 A licitante não deverá incluir na sua proposta os custos decorrentes de disposições De Convenção Coletiva de Trabalho - CCT que tratem de pagamento de participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de contribuições sociais, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

10.1.5.3 A Contratada deverá observar os critérios de aceitabilidade de limites máximos de Lucros e Custos Indiretos constante nos estudos técnicos elaborados, conforme orientação da Controladoria Geral da União-CGU, Órgãos de controle e legislações vigentes.

10.1.5.4 Em caso de renovação Contratual, o Aviso Prévio Trabalhado e Indenizado será amortizado após o primeiro ano de vigência contratual, conforme orientação da Controladoria Geral da União-CGU, Órgãos de controle e legislações vigentes.

10.1.5.5 A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato, não podendo se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10.1.5.6 O preço ofertado pelos licitantes deve ser comprovadamente suficiente para cumprir suas obrigações legais, sociais e tributárias.

10.1.5.7 As empresas licitantes deverão apresentar suas propostas no formato em Excel para análise e aceitação, conforme modelo de planilha de custo e formação de preços disponibilizado pela Fiocruz, conforme anexo do Edital.

10.1.5.8 No preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, a licitante deverá observar as orientações disponíveis nos próprios arquivos.

11- UNIFORMES

11.1 Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2 Conjunto de uniformes conforme descrito no **Anexo 1** deste instrumento, devendo ser substituído sempre que necessário, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, após comunicação da fiscalização.

11.3 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os padrões da contratada, devendo ser aprovado pela fiscalização do contrato antes da entrega aos profissionais, e atender as seguintes diretrizes:

11.3.1 A contratada deverá prover 01 (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído por um outro conjunto a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.3.2 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2- Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4- Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.6- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.7.1- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.7.2- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

12.7.3- Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.7.4- Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

12.8 Fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:

12.8.1 A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.8.2 O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;

12.8.3 O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.9 Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.

12.10 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12.11 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

12.12 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

12.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

12.14 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

12.16 Observar para que durante a vigência do contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.17 Permitir o livre acesso dos profissionais vinculados ao Contrato, às áreas de atuação, desde que os mesmos estejam devidamente identificados e uniformizados.

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

13.2- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.3 Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.

13.3.1- Recomendar aos seus empregados para chegarem aos locais de trabalho com antecedência suficiente para a assunção do serviço, devidamente uniformizados, de forma a iniciarem as atividades no horário estabelecido para cada turno.

13.4- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.5- Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

13.6- Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

13.7- Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

13.7.1- Fornecer no primeiro dia de execução do contrato o crachá de identificação, a ser utilizado na altura do tórax, constando: o nome e logotipo da empresa, o nome do profissional, o número da matrícula, a profissão e a fotografia. O uso do crachá é obrigatório para todos os funcionários e o prazo de reposição em caso de perda é de 24 horas.

13.8- Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

13.8.1 A Contratada fornecerá a cada profissional, a quantidade necessária de conjuntos de uniformes, conforme descrito no item 11 deste instrumento, durante o período contratual, respeitando as medidas individuais dos usuários, no padrão da empresa Contratada e, segundo disposto na Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria resguardando-se a Contratante o direito de avaliar a qualidade e exigir a substituição daqueles que não atenderem as condições mínimas de apresentação e adequação ao serviço, inclusive os destinados às empregadas gestantes.

13.8.2 Os EPI's fornecidos aos empregados deverão apresentar o número do CA com evidências indelévels e bem visíveis, devendo a contratada apresentar a fiscalização do contrato, quando solicitado, o nome comercial da empresa fabricante e o lote de fabricação. No caso de EPI's importados deverá apresentar ainda o nome do importador.

13.8.3 Os uniformes e os EPI's deverão ser entregues aos profissionais mediante recibo. A fiscalização do contrato poderá solicitar cópia do recibo a fim de confirmar a entrega dos mesmos aos profissionais. A substituição de uniformes e EPI's deverá ocorrer sempre que necessário ou quando solicitado pela fiscalização do contrato;

13.9- As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:

13.9.1- Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

13.9.2- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

13.9.3- Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;

13.9.4- Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

13.9.5- Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.

13.9.6 Cópia da ficha de entrega de equipamento de proteção individual-EPI e uniformes, conforme legislação vigente, devidamente assinada pelo empregado e pelo empregador;

13.9.7 Cópia do comprovante de capacitação técnica, dos empregados que irão desempenhar as atividades e/ou funções específicas que as exijam;

13.9.8 Cópia da carteira nacional de vacinação, atualizada, dos profissionais prestadores de serviço;

13.10- Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.

13.10.1- Apresentar planilha de comprovação de pagamento de vale transporte emitida pela Fetranspor (mês vigente).

13.10.2- Apresentar planilha nominal dos trabalhadores vinculados ao Contrato, com valores (individuais) de retenção da conta depósito vinculada, conforme previsto no Anexo XII da IN MPOG nº 05/2017;

13.11- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada cujos empregados vinculados ao serviço sejam regidos pela CLT deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

13.12- Substituir, no prazo 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado do posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

13.12.1- Os postos de trabalho que porventura estiverem descobertos, depois do prazo de tolerância de 2 (duas) horas, após o início do turno de trabalho, serão glosados no faturamento mensal a título de falta, sofrendo ainda impactos na avaliação da qualidade do serviço, conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

13.12.2 Para as ausências dos profissionais referentes aos metros quadrados a ser limpo que porventura não forem substituídos e causarem prejuízos a qualidades dos serviços, serão objeto de avaliação mensal conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, anexo deste instrumento.

13.13- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.13.1- Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

13.14- Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

13.15- Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

13.15.1- Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

13.16- Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

13.17- Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

13.18- Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

13.19- Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

13.20- Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

13.20.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.2 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

13.20.3 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

13.21 O preposto deverá ser capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos pela Contratada e atender às necessidades administrativas dos seus empregados (controle de frequência, atestados médicos, etc).

13.22- Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23- Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1- A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2- Ultrapassado o prazo de 15 (quinze) dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1- O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27- Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28- Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1 Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.32- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.33- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34- Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36- Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência.

13.37 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40- Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

13.40.1- O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

13.40.2- Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

13.41 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

13.41.1 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

13.41.2 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

13.41.3 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

13.42- Apresentar nos primeiros 60 (sessenta) dias de Contrato, e anualmente, o PPRA - Programa de Prevenção aos Riscos Ambientais e o PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. A não apresentação das documentações será caracterizada como inexecução parcial do Contrato, passível de aplicação de penalidades previstas em Contrato.

13.42.1- Apresentar nos primeiros 30 (trinta) dias de Contrato, e anualmente, o ASO – Atestado de Saúde Ocupacional de cada trabalhador do contrato, em conformidade com a norma.

13.43- Quando necessário, providenciar meios de locomoção entre os campi para seus empregados executarem as tarefas em todas as unidades, fornecer os recursos técnicos, materiais e aparelhos indispensáveis, tais como: (transporte, telefone, rádio de comunicação, etc) ao bom exercício do trabalho do supervisor, ficando sob sua responsabilidade todas as despesas decorrentes da operação e manutenção dos mesmos;

13.44- Manter rigoroso controle de frequência dos seus empregados, devendo utilizar métodos apropriados de averiguação, como ponto eletrônico biométrico com emissão de comprovante ao trabalhador; no quantitativo adequado;

13.44.1 Excepcionalmente, a Contratada deverá prover meios eletrônicos de controle de frequência aos seus profissionais impossibilitados de registrar o ponto através da biometria, devido à falha na impressão digital

13.45 Conforme Art. 157, inciso I da Consolidação das Leis Trabalhistas-CLT, a Contratada deverá fornecer armários em número suficiente para a guarda dos pertences dos funcionários e troca diária dos uniformes, com separação interna (p/ roupa limpa e suja). Os armários ficarão em local indicado pelo Fiscal do Contrato, sob a responsabilidade da Empresa Contratada; a qual deverá fornecer inclusive os produtos de higiene pessoal para uso dos profissionais de limpeza quando em serviço.

13.46 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

13.45- Orientar aos seus funcionários, que cheguem aos locais de trabalho com antecedência para início de sua jornada no posto de trabalho, devidamente uniformizados de forma a iniciarem as atividades no horário estabelecido para cada turno;

13.46 Apresentar ao Fiscal do Contrato a relação nominal dos profissionais que prestarão serviço mencionando os dados cadastrais e, comunicar qualquer alteração quando estas ocorrerem. Preencher o formulário “Ficha de Cadastro para Terceirizado”, o qual será fornecido pela fiscalização do contrato, de todos os trabalhadores vinculados ao Contrato e atualizá-los toda vez que houver saída e/ou entrada de profissionais no contrato;

13.48- No caso de prorrogação contratual, decorridos 12 meses, a Contratada deverá apresentar ao Fiscal com antecedência de 15 dias, o cronograma de férias dos profissionais vinculados ao Contrato, assim como, os dados dos profissionais que os substituirão;

13.49- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados ao patrimônio do Contratante, ou de terceiros, provocados por imperícia, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços, ainda que, de forma involuntária, devendo adotar dentro do prazo de quarenta e oito horas, as providências determinadas pela Contratante, necessárias ao ressarcimento ou à reposição, conforme o caso, sem prejuízo das demais sanções. Não cabe à Contratante qualquer responsabilidade por atos de negligência de empregados da Contratada durante o horário de trabalho;

13.50- Assumir toda a responsabilidade e adotar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados quando eventualmente acidentados ou com mal súbito, por meio de seus responsáveis, inclusive para atendimento em casos de emergência, observando as orientações médicas e de primeiro socorro, responsabilizando-se por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias e demais exigências legais lhes assegurem no exercício do trabalho, especialmente em caso de acidentes em que venham a ser vitimados;

13.51- Deverá apresentar laudo de insalubridade e/ou periculosidade para verificar a ocorrência de exposição de riscos dos postos contratados, no prazo máximo de 30 dias contados a partir do primeiro dia da vigência contratual. O laudo de insalubridade/periculosidade emitido por autoridade competente poderá ser objeto de avaliação que será realizada pela equipe técnica da Coordenação de Saúde do Trabalhador – COGEPE. Constatada a incidência de alguns dos adicionais, a empresa fica obrigada a pagá-lo a todos os empregados desde o início da execução dos serviços.

13.51.1- A Contratada deverá provisionar o percentual de 40% de insalubridade nas planilhas de custo, visando à sustentabilidade jurídico-financeira da contratação e a isonomia entre os licitantes, conforme disposto no subitem 10.1.4 deste instrumento.

13.52- Realizar ambientação com os novos profissionais que ocuparão os postos de trabalho do contrato, antes da sua assunção aos postos, utilizando a apresentação que será disponibilizada pela Fiocruz, a fim de melhor acolher e integrar os profissionais da contratada a cultura da Instituição.

13.53- Benefícios:

13.53.1- De acordo com a Lei Federal nº 7.418 de 16/12/1985, alterada pela Lei Federal nº 7.619, de 30/09/1987, regulamentada pelo Decreto Federal nº 95.247, de 17/11/1987, todo trabalhador no território nacional tem direito ao custo de seu transporte coletivo para seu deslocamento de ida/volta ao trabalho.

13.53.2- A Contratada fornecerá até o último dia útil do mês anterior auxílio-transporte no real valor das despesas de deslocamento residência – trabalho – residência.

13.53.3- Para estimativa do custo de auxílio transporte, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como estabelecer o valor para compensação do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz utilizou a seguinte metodologia:

13.52.3.1 Estabeleceu o Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, por se tratar de medição para faturamento do valor executado efetivamente pelo trabalhador.

13.53.3.2 Estabeleceu o Bilhete Único Municipal para os ambientes de execução dos serviços com produtividade por metro², por se tratar de medição de faturamento com valor fechado e pago por metragem quadrada.

13.53.4- As despesas decorrentes do auxílio transporte para os profissionais que ultrapassarem o limite estabelecido no item anterior, deverá ser arcada pela empresa contratada sem ônus à Fiocruz.

13.53.5- Fica a cargo da contratada definir junto aos seus funcionários as modalidades de transporte público para deslocamento até o local da execução, considerando as seguintes variações: trens urbanos ou metrô; ônibus municipais e intermunicipais.

13.53.6- O valor que será pago à contratada pelo auxílio-transporte será o mesmo efetivamente pago ao trabalhador, respeitando o valor máximo informado em planilha de custo e formação de preços.

13.53.7- Será descontada do custo supracitado, a contrapartida de 6% sobre o salário do empregado, exceto quando esta contrapartida for alterada pela Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional.

12.53.08- A Contratada deverá cumprir a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, deverá apresentar, sempre que solicitado, documentações que evidenciem o cumprimento da Legislação vigente, como: Carteiras de Trabalho, comprovante de depósito de férias, etc. Os prazos para a apresentação das documentações solicitadas estarão descritos no documento de solicitação enviado, pelo Fiscal, à Contratada.

13.53.09- Responsabilizar-se por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como, alimentação, transporte encargos sociais previstos na legislação vigente e demais benefícios, decorrentes da contratação dos serviços como empregadora;

13.53.10- Fornecer à Contratante, sempre que solicitado, a folha de pagamento Contratada com as respectivas composições salariais de cada categoria profissional, assim como, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais incidentes (trabalhistas previdenciários e tributários);

13.53.11- Informar todos os dados e fornecer o material necessário a para a identificação da mão-de-obra vinculada à prestação dos serviços, sem ônus adicional para a Fiocruz.

14- DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Haja vista que a solução não deve ser parcelada, pois os serviços que compõe o objeto são atividades conexas, que por vezes se sobrepõem, visto que as manutenções das áreas ajardinadas e outras atividades descritas no item 1 são correlacionadas.

15- ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avançadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3 O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete aos gestores da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

I – Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

II – Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

III – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou informações administrativas, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

IV – Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

V - Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4 Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.5 As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

a) no primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

a.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

a.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

a.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

b) entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

b.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

b.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

b.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

c) entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos:

c.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

c.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

c.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

c.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

c.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

d) entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

d.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

d.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

d.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8 A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada na alínea “d” acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

16.9 Após a formalização do contrato, a portaria com designação de gestor e fiscal será emitida pela autoridade competente.

16.10 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.11 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no subitem 16.7 acima deverão ser apresentados.

16.12 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.13 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores do contrato deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.14 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.15 A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.16 Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.16.1 Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

g.1. relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

g.2. CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

g.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

g.4. declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.16.2 Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

- a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;
- b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;
- c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;
- d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.16.3 Fiscalização diária:

- a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.
- c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.17 Cabe, ainda, à fiscalização do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.17.1 O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

16.18 A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.18.1-Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.19 - A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de 15 (quinze) dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.20 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo 4, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.21 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.22 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.24 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.25 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.26 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.27 O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.28 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.29 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.31 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32 O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.33 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.33.1 Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.33.2 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.33.3 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da contratada.

16.34 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.34.1 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.35 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

17- DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

17.2 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1 A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4 Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

17.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4- No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

17.6- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18- DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1- Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

18.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1- Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1 o prazo de vencimento;

18.4.2 a data da emissão;

18.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4 o período de prestação dos serviços;

18.4.5 o valor a pagar; e

18.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.6 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.6.1 não produziu os resultados acordados;

18.6.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.6.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.7 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.11 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.12 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.13 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.13.1- Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.14 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16 A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.16.1 Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.16.2- A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.16.3 Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.17- A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

18.18 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

19- DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1 Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2 A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1 Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de

serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3 A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4 O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2 Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5 O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6 Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7 Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8 A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitem acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1 Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2 A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3 A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20- DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS EM SENTIDO AMPLO (REPACTUAÇÃO)

20.1 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

20.2 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

20.3.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

20.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

20.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

20.7.1 Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2 Do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3 Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13 Quando a repactuação se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), a CONTRATADA demonstrará o respectivo aumento por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, considerando-se a aplicação do índice de reajustamento IPCA, mediante a aplicação da seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual do serviço a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

20.13.1 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.14 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

20.14.1 A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

20.14.2 Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

20.14.3 Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

20.15 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

20.16 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

20.17 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

20.18 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

20.19 O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

21.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

21.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

21.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

21.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

21.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

21.4.1- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.4.2- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

21.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

21.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

21.5- A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

21.6- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.7- Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.8- No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.9- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.10- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.

21.11A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.12 Será considerada extinta a garantia:

21.12.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

21.12.2 No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

21.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

21.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste TR.

21.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

21.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho

21.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

22.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

22.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;

22.1.4 Comportar-se de modo inidôneo; ou

22.1.5 Cometer fraude fiscal.

22.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

22.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

22.2.2 Multa de:

22.2.2.1- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

22.2.2.2- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

22.2.2.3- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

22.2.2.4- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

22.2.2.5- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

22.2.2.6- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.4.1 A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência

22.2.5- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3 As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

--

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7- As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1- A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8- Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.9- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.10- Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

22.11- A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.12- O processamento do PAR (Processo Administrativo de Responsabilização) não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. Comete infração administrativa nos termos da Portaria nº 150/2019-Cogead Fiocruz:

22.14.1 DAS SANÇÕES

22.14.1.1 Não assinar o contrato/ata de registro de preços ou não aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.2 Deixar de entregar documentação exigida para o certame:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

22.14.1.3 Fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses;

22.14.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.5 Não manter a proposta:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 4 (quatro) meses;

22.14.1.6 Falhar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

22.14.1.7 Fraudar na execução do contrato:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 30 (trinta) meses;

22.14.1.8 Comportar-se de modo inidôneo:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; e

22.14.1.9 Cometer fraude Fiscal:

Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 40 (quarenta) meses;

22.14.2 AGRAVANTES:

As sanções previstas no item 22.14.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, em decorrência do seguinte:

22.14.2.1 Quando restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores- SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

22.14.2.2 Quando restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

22.14.2.3 Quando o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo licitatório;

22.14.2.4 Quando restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

As penas previstas nos subitens 22.14.1 1, 22.14.1 2, 22.14.1.4 e 22.14.1.5 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência do previsto no item 3.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes.

22.14.3 ATENUANTES

22.14.3.1 A conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

22.14.3.2 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

22.14.3.3 A conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que evidenciado equívoco em seu encaminhamento e a ausência de dolo.

22.14.3.4 A penalidade a que se refere ao subitem 22.14.1.2 será afastada quando a entrega da documentação ocorrer fora dos prazos estabelecidos, desde que não tenha acarretado prejuízos à Administração, observando-se ainda, cumulativamente, que:

22.14.3.4.1 A documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;

22.14.3.4.2 O eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;

22.14.3.4.3 Não tenha ocorrido nenhuma hipótese de agravantes prevista no item 5.0 da Portaria nº 150/2019 – Cogead/Fiocruz; e

22.14.3.5 O licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em razão do qual será aplicada a penalidade.

22.14.4 ATENUANTES

22.14.4.1 Quando da ação ou omissão do licitante ou contratante ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave;

22.14.4.2 A Aplicação das penas previstas nesta portaria não se exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no edital, no contrato ou na legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, inclusive por perdas e danos causados à Administração;

22.14.4.3 Na apuração dos fatos de que trata a portaria, a Administração atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou ao contratante a ampla defesa e o contraditório, o direito de juntar todo e qualquer meio de prova necessário à sua defesa, podendo, inclusive, requerer diligências;

22.14.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos

22.14.4.4 No estabelecimento da pena, obrigatoriamente, havendo concomitantemente fatores agravantes e atenuantes descritos nos itens acima. O Cálculo para dosimetria da sanção considerará primeiro os fatores agravantes conforme previsto no 20.3.2 para a majoração da pena e em seguida aplicar-se os fatores atenuantes, uma única vez, conforme descrito no item 20.3.3 para a redução da pena.

23- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

23.1- As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2- Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3- Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos neste instrumento, conforme descrição abaixo:

23.3.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

23.3.2 A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho de atividade, conforme detalhado no subitem 5.1.8.1. e nas conformidades deste Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

23.3.2.1 Atestado de prestação de serviço de atendimento com envolvimento de mão de obra residente, com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total de postos de trabalho a ser contratado para a prestação de serviços contínuos de manutenção e conservação áreas verdes e ajardinadas, envolvendo mão de obra residente devidamente capacitada, para atender a demanda dos campi Fiocruz, incluindo o fornecimento de uniformes e EPIs; equipamentos materiais e ferramentas; mobiliário; insumos e serviços extras.

23.3.2.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

23.3.2.3 Serão aceitos o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos.

23.3.2.4 Para fins de comprovação que trata o item 5.1.8.3 será admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de os 3 anos serem ininterruptos.

23.3.2.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

23.3.2.6 Poderá ser admitida, para fim de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviço executados de forma concomitante, pois esta situação se equivale, para fins de capacidade técnicas operacionais, a uma única contratação.

23.3.2.7 O licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

23.3.3 Comprovação do registro da Licitante no CREA de sua Região.

23.3.4 Comprovação do licitante possuir em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior com formação em Engenharia Agrônoma ou Florestal ou outra habilitação reconhecida pelo CREA para o desempenho da atividade objeto da presente licitação, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica (ART) expedido pelo CREA da região onde os serviços serão executados, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico, registrada pelo Conselho que comprove ter o profissional tenha executado serviços compatíveis com o objeto, em atividades semelhantes, características, quantidades e prazo, que permitam ajuizamento de capacidade do profissional. O nome do responsável técnico deverá constar no atestado de capacidade técnica apresentado, para qualificação técnico-profissional do licitante.

23.3.4.1 A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- b) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- c) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d) Profissional contratado: contrato de prestação de serviço com ou sem vínculo empregatício; ou
- e) Declaração de contratação futura, acompanhada da anuência do profissional detentor do(s) Atestado(s) apresentado(s).

23.3.5 Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP no IBAMA, conforme a [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), c/c a Instrução Normativa IBAMA nº 31/2009.

23.3.6 Licença de Porte e Uso da Motosserra (LPU), conforme a Portaria Ibama nº 149, de 30 de dezembro de 1992;

23.3.7 A licitante deverá apresentar o Licenciamento das atividades de Jardinagem Profissional (SLAM), válido, o qual se encontra inserida no rol de atividades sujeitas a licenciamento ambiental, conforme consta no Anexo I, Grupo 55, do Decreto nº 44.820/2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental.

23.4- O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.5- As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

24.1-O custo estimado da contratação é de R\$ 14.695.746,95 (quatorze milhões, seiscentos e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e cinco centavos).

24.2- O referido valor foi obtido a partir do preenchimento da planilha de custos e formação de preços, através do estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 – CCT SEEAC - RJ, na Legislação Trabalhista e Previdenciária, na divulgação/publicação de processos licitatórios de outros órgãos públicos em consulta ao portal comprasnet, bem como pesquisa realizada a partir de bancos de preços públicos

25- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

25.1. Os Recursos Orçamentários para a despesa estão enquadrados conforme abaixo:

25.1.1. Projeto / Processo: 0032.2000.566.27743 – Serviço de Gestão Integrada de Resíduos - Segir

25.1.2 Programa de Trabalho: 10122211520000033

25.1.3 Elemento de Despesa: 339037

25.1.4 Fonte de Recurso: 06151000000

25.2 Esta contratação está prevista no Planejamento de Contratação Anual sob código CatServ nº 24325.

Servidor responsável pela elaboração do Termo de Referência:

Gilberto da Silva Braga

Aprovação -Área Técnica
Jorge de Oliveira Cariuz
Serviço de Gestão de Resíduos e Sustentabilidade Ambiental

Aprovação -Área Administrativa
Darcy Rodrigues

De Acordo
Coordenação de Serviços Operacionais

Autorizo
Coordenação Geral de Infraestrutura do Campus

ANEXO 1 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

UNIFORMES E EPI'S– DESCRIÇÃO E QUANTIDADES ANUAIS

Auxiliar de Limpeza

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por	Substituição
-------------------------------------	----------------	--------------

Uniformes	profissional	
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde.	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	
Luva Látex Verde Cano Curto	2	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	
Óculos de Proteção	1	

Encarregado

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada e com identificação de supervisor.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça jeans, tipo cargo	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Auxiliar de Jardinagem

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde.	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	2	

Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	

Jardineiro

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Luva Látex Verde Cano Curto	2	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Operador de Roçadeira

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Protetor auditivo	1	
Óculos de segurança	1	
Vestimenta de segurança tipo perneira	1	
Protetor facial de segurança	1	
Protetor auditivo tipo concha	1	
Vestimenta de segurança tipo avental	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento	1	

frontal, cor transparente.		
----------------------------	--	--

Operador de Motosserra

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Óculos de segurança	1	
Protetor facial de segurança	1	
Protetor auditivo tipo concha	1	
Cinto de segurança tipo paraquedista e talabarte de segurança	1	
Capacete de segurança classe A	1	
Vestimenta de segurança tipo avental	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Talabartes para posicionamento	1	

Jardineiro líder

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça jeans, tipo cargo	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Supervisor

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada e com identificação de supervisor.	4	

Calça jeans, tipo cargo	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Operador de Micro trator

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Protetor auditivo tipo concha	1	
Óculos de segurança	1	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	

Observação 01.: A licitante deverá preencher a aba Uniformes e EPI's de acordo com as categorias profissionais devendo se atentar para a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme Termo de Referência.

Observação 02.: O quantitativo de uniformes indicados pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

Observação 03.: A descrição dos EPIs é meramente exemplificativa, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional.

ANEXO 2 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E MATERIAIS

Auxiliar de Limpeza

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	14	Soprador BR 430 Still
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxadação largo forjado	15	7234-20 / Tramontina

Enxada estampada larga	15	77214-254 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	10	Fuzil cod.15736
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	14	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	13	7124-04 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	36	7465-23 / Tramontina
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	10	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	3	Rei das escadas
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	10	7503 / Tramontina

Auxiliar de Jardinagem

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	5	Soprador BR 430 Still
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxada largo forjado	14	7234-20 / Tramontina
Pá jardineiro c/ cabo de 74cm	14	77443-304 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	14	Fuzil cod.15736
Cavadeira articulada	14	7755 / Tramontina
Sacho coração	30	7800 / Tramontina
Pazinha Larga 26 cm	30	Tramontina
Enxada estampada larga	13	77214-254 / Tramontina
Tesoura prof. de poda	20	21.244.00 / Corneta
Tesoura prof. poda p/ cerca viva e gramado	10	21.255.12 / Corneta
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	10	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	14	7124-04 / Tramontina
Ancinho curvo de 14 dentes c/ cabo	19	7101-14 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	15	7465-23 / Tramontina
Serrote fixo p/ poda	10	78374-401 / Tramontina
Facão para mato	10	26601018 / Tramontina
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	9	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	4	Rei das escadas
Carro plataforma modelo quinta roda, com plataforma de madeira, capacidade 600kg	4	KR
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	10	7503 / Tramontina
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	15	78380-701 / Tramontina

Jardineiro

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	14	Soprador BR 430 Still
Podador de cerca viva. Equipamento motorizado, motor dois tempos a gasolina, equipado com emplemento para podar cercas vivas. Podendo ser utilizado em serviços em altura.	11	Still KA 85R
Pulverizador costal manual com sistema de alavanca. Equipado com o bico cone e com bico leque. 20 Litros	8	Vonder PL 20 litros
Pulverizador manual de compressão prévia, capacidade útil de 5 litros, equipado com válvula de segurança com escape automático de ar caso excesso de pressão.	8	Vonder PL 5 litros

Equipado com bico cone e com bico leque. 05 Litros		
Monocultivador a gasolina com rodas 7,0 HP	1	Toyama TT65
Triturador móvel de galhos, motor à diesel com potência de 49 HP. Para tritar galhos de árvores.	1	Vermeer BC1000XL
Veículo elétrico de carga, capacidade de carga de 01 tonelada. Para coleta de resíduos e transporte de insumos e equipamentos.	2	E-martcar
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxada largo forjado	16	7234-20 / Tramontina
Pá jardineiro c/ cabo de 74cm	26	77443-304 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	15	Fuzil cod.15736
Cavadeira articulada	15	7755 / Tramontina
Sacho coração	55	7800 / Tramontina
Pazinha Larga 26 cm	55	Tramontina
Enxada estampada larga	25	77214-254 / Tramontina
Tesoura prof. de poda	55	21.244.00 / Corneta
Tesoura prof. poda p/ cerca viva e gramado	15	21.255.12 / Corneta
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	20	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	15	7124-04 / Tramontina
Ancinho curvo de 14 dentes c/ cabo	20	7101-14 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	20	7465-23 / Tramontina
Serrote fixo p/ poda	25	78374-401 / Tramontina
Facão para mato	20	26601018 / Tramontina
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	10	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	2	Rei das escadas
Carro plataforma modelo quinta roda, com plataforma de madeira, capacidade 600kg	4	KR
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	20	7503 / Tramontina
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	25	78380-701 / Tramontina

Operador de Roçadeira

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Carrinho cortador de grama	Trapp MC 500	7
Roçadeira	Stihl FS 220	20
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Facão para mato	26601018 / Tramontina	1

Operador de Motosserra

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Motopoda	2	Stihl HT 75
Motosserra MS 210	3	Stihl
Motosserra MS 230	3	Stihl
Motosserra 250 c/ corrente de 27 dentes	3	Stihl
Motosserra MS 260	2	Stihl

Motosserra MS 382	2	Stihl
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Serrote fixo p/ poda	5	78374-401 / Tramontina
Facão para mato	3	26601018 / Tramontina
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	3	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	1	Rei das escadas
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	5	78380-701 / Tramontina

Operador de Micro trator

Descrição	Quantidade por profissional	Substituição
Microtrator equipado com implemento roçadeira e com carreta agrícola.	TC14 Tobata	1

Observação 01.:A licitante deverá preencher nesta planilha a estimativa de custos unitários dos equipamentos, ferramentas de acordo com a categoria profissional.

Observação 02.:O quantitativo de equipamentos, ferramentas indicadas pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros equipamentos, ferramentas e mobiliário mais modernos para perfeita execução dos serviços.

Observação 03.:A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) de cada equipamento, ferramenta. Estes deverão estar em perfeitas condições de uso e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 04.: Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.

Materiais

Auxiliar de Limpeza

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	52
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	52

Auxiliar de Jardinagem

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	12
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	7
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	20
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	20
Regador plástico azul c/ 10ls	Unid.	14
Mangueira d'água de 3/4 trançadas c/ 50mt	Unid.	14

Jardineiro

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	12
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	7
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	30

Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	30
Regador plástico azul c/ 10ls	Unid.	33
Mangueira d'água de 3/4 trançadas c/ 50mt	Unid.	54

Operador de Roçadeira

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	10
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	10
Ascensor (jumar)	Unid.	1
Descensor (Evo)	Unid.	1
Mosquetões de alumínio	Unid.	5
Sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	1
Protetor de roçagem urbano, tela em nylon, para quando do uso das roçadeiras em vias de circulação ou proteção patrimonial sobre rodas pneumáticas	Unid.	13
Cone zebado 75 cm semi-rígido, confeccionado em plástico semi-rígido (polietileno) , com furo passante e abertura superior (topo) do produto. Aplicação Sinalização	Unid.	16
Fitas zebadas, estimamos 100 rolos de 200m de comprimento (a contratada deverá fornecer quanto forem necessárias à execução dos serviços)	Unid.	7

Operador de Motosserra

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Corda estática 11 mm, 300 metros	Unid.	2
Mosquetão de aço D 50kn	Unid.	30
Fita tubular 25mm 60 metros	Unid.	2
Freios em aço (oito com orelhas)	Unid.	4
Trava-quedas	Unid.	2
Polia oscilante	Unid.	3
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	30
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	2
Estribo 4 degraus	Unid.	6
Estilingues	Unid.	2

Observação 01.:A licitante deverá preencher nesta planilha a estimativa de custos unitários dos de acordo com a categoria profissional.

Observação 02.:O quantitativo de materiais indicados pela Administração é meramente exemplificativo, podendo a empresa cotar outros materiais que achar necessário para a perfeita execução do serviço.

ANEXO 3 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

MOBILIÁRIO

TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS						QTD. TOTAL DE PROFISSIONAIS 187
MOBILIÁRIO						
Descrição	Quant.		Custo Unitário	Custo total	Valores	
	Informar a Qtd de portas por Armário	Informar a Qtd total de Armários			Informar a Periodicidade da Substituição do Mobiliário	Custo Total Mensal
	Qtd. Total	0				
			R\$ -	R\$ -		
			R\$ -	R\$ -	Sgac	
			R\$ -	R\$ -		
VALOR MENSAL DO CUSTO DE MOBILIÁRIO						Erro
<p>A quantidade de armários unitários informada, não poderá ser menor que a quantidade total de profissionais. Caso ocorra, a célula "Valor Mensal do Custo de Mobiliário" dará a mensagem de "ERRO".</p>						<p>VALOR MENSAL TOTAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE FUNCIONÁRIOS</p> <p>-</p>

Observação 01.:A licitante deverá indicar as especificações e o quantitativo suficiente dos armários para atender ao total de profissionais.

Observação 02.:A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) dos armários, que deverão estar em perfeitas condições de uso durante toda vigência contratual, e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 03.:Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.

ANEXO 4 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

AValiação DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição
Finalidade	Prestar, de forma contínua, serviços de manutenção e conservação de áreas verdes e ajardinadas
Meta a cumprir	Executar de modo satisfatório e pontual o objeto contratado nos moldes descritos no Termo de Referência.
Instrumento de medição	Relatório mensal elaborado pela fiscalização.
Forma de acompanhamento	E-mails, relatos formais e demais documentos formulados pelo gestor/fiscal do contrato ou de representante da Contratada que demonstrem ocorrências durante a prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Início de Vigência	ata da assinatura do contrato

1 –FINALIDADE

Avaliar os serviços executados de forma periódica, de forma a gerar relatórios mensais que servirão de fator redutor para os cálculos dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, com base nas pontuações constantes dos relatórios. A fiscalização do contrato realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a empresa Contratada os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados, com base nas pontuações constantes dos relatórios.

2 – META A CUMPRIR

Este Instrumento de Medição de Resultado (IMR) defini e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação de estabelecendo as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviço contínuo de manutenção e conservação de áreas verdes e ajardinadas com dedicação exclusiva de mão de obra nos Campi Fiocruz, não exaurindo as possibilidades de serem aplicadas à Contratada as penalidades previstas neste Termo de Referência.

3 - VIGÊNCIA

A partir da data da execução das atividades, após assinatura do contrato.

IMR - PARA ATIVIDADES DOS POSTOS DE TRABALHO							
*NSG	*Aux. de Jardinagem	*Jardineiro	*Jardineiro Líder	*Operador de Focadeira	*Operador de Motosserra	*Operador de Microtrator	*Supervisor
ÓTIMO Plenamente satisfeito, superando expectativas		BOM satisfeito		RUIM Parcialmente satisfeito, precisando melhorar		PÉSSIMO Insatisfeito	
A.1. AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS.							
A.1.1 QUANTO AOS SERVIÇOS PRESTADOS							
A.1.1.1 De forma geral, como podem ser avaliadas as ações relacionadas à manutenção das áreas verdes e ajardinadas?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.1.2 Como pode ser avaliada a capacitação dos profissionais? A equipe tem treinamento adequado para atender aos serviços?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.1.3 Como pode ser avaliada a prestação do serviço de manutenção de áreas verdes e ajardinadas quanto ao cumprimento do horário e permanência do profissional no ambiente de trabalho?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.1.4 Quando da ausência do profissional do posto, a empresa prestadora de serviços tem até duas horas para fazer a cobertura, utilizando outro profissional. Como tem sido o cumprimento da cobertura para ausência do posto?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.1.5 As coberturas, no caso de ausências dos profissionais do posto, devem ser feitas utilizando profissionais com o mesmo perfil e habilidades. De que maneira pode ser avaliada a adequação dos perfis dos profissionais de cobertura?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.1.6 Como pode ser avaliada a situação em que os profissionais apresentam frequentemente atrasos e/ou absenteísmo que venha a prejudicar o fluxo e as qualidades das atividades a serem desenvolvidas?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.2 QUANTO AOS EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS							
A.1.2.1 O fornecimento dos equipamentos, materiais e insumos providos pela Contratada atendem nas quantidades e qualidades de maneira suficiente e satisfatória?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.2.2 Quando solicitado, os equipamentos, os materiais e insumos são entregues dentro do prazo esperado?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.2.3 Os equipamentos, materiais e insumos utilizados pela Contratada na prestação de serviço são suficientes para atender às necessidades dos campi e estão em perfeitas condições de uso?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.2.4 A manutenção dos equipamentos identificados está sendo realizada dentro do prazo de 48 horas, após a solicitação de manutenção?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.3 QUANTO AOS PROFISSIONAIS							
A.1.3.1 Como pode ser classificada a apresentação pessoal dos profissionais (uso do uniforme e crachá)?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.3.2 Como pode ser avaliada a utilização, adequada, dos EPI's e EPR's?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.3.3 Os trabalhadores e/ou em forma segura identificando áreas de perigo, interditando locais que estão passando por manutenções de podas de árvores e riscos de quedas" e utilizando equipamentos de forma adequada?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.4 QUANTO À EQUIPE DE LIDERANÇA (SUPERVISOR/PROPOSTO/JARDINEIRO LÍDER)							
A.1.4.1 Dentro as funções de liderança estão previstas as atividades de supervisionar a qualidade e a adequação dos serviços prestados; repassar orientações para trabalhadores; e manter contato regular com o fiscal do contrato, visando sua conformidade. Em relação aos itens mencionados, como pode ser classificada esta atuação?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.4.2 Como pode ser analisada a apresentação pessoal do supervisor, proposto e jardineiro líder(em uniforme e crachá)?		Ótimo		Bom		Ruim	
A.1.5 SUGESTÕES OU APONTAMENTOS DE OUTRAS SITUAÇÕES IDENTIFICADAS							
Resultado Ajustado O Pontos		Ótimo 0		Bom 0		Ruim 0	
						Péssimo 0	

4 - FORMA DE ACOMPANHAMENTO:

A fiscalização do contrato realizará o acompanhamento e fará a avaliação mensal da execução dos serviços. Para obtenção do valor mensal da fatura, os resultados das avaliações da qualidade, que corresponde a 100% do faturamento mensal da empresa Contratada, serão liberados conforme Intervalo de pontos alcançados, conforme descrito no item 8 deste Termo de Referência, e tabela abaixo:

Áreas verdes e ajardinadas			
De	Até		Alíquota (%) Para Liberação
9	10	Ótimo	Liberação 100% da fatura
6	8	Bom	Liberação 98,5% da fatura
3	5	Ruim	Liberação 96,5% da fatura
0	2	Péssimo	Liberação 95% da fatura

5 – DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 - A fiscalização do contrato realizará acompanhamento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) por meio de relatórios mensais.

5.2 - A empresa Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

5.5 – A fiscalização do contrato irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

5.6 - A Contratada deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a fiscalização do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

5.7 - Apesar da possibilidade de adequação ao pagamento (descontos) na fatura mensal pelo não alcance das metas pré-estabelecidas, a contratualização do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) não exclui a possibilidade de aplicação de sanções legais conforme previsto em contrato.

5.8 - Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria contínua dos serviços prestados;

5.9 - O modelo de relatório utilizado para avaliação do Instrumento de Medição de Resultado nas unidades Fiocruz poderá ser atualizado, revisto e sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

5.10 – A empresa Contratada após notificação e ciência das não conformidades encontradas na unidade assistida, deverá estipular prazo em comum acordo entre a unidade e a fiscalização do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

5.11 - Todos os relatórios de Instrumento de Medição de Resultado (IMR) enviados mensalmente a fiscalização do contrato deverão ser datados e assinados por profissionais designados pelas unidades assistidas e servirão de atesto para liberação do pagamento da fatura.

ANEXO 5 - DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO

1. Informações Básicas

Número do processo: 25389.000416/2020-01

2. Introdução

A Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz é uma instituição vinculada ao Ministério da Saúde, que abriga enorme diversidade de atividades, incluindo o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos farmacêuticos e serviços de saúde e a implementação de programas sociais. Nesse contexto, servidores e outros profissionais de diversas áreas de conhecimentos técnicos atuam no atendimento às necessidades da sociedade, nos vários C da Instituição no Brasil e no exterior. O Campus Manguinhos localizado na cidade do Rio de Janeiro abriga a matriz da Ciência em Saúde Pública no Brasil, necessitando de condições sanitárias adequadas a tais funções

3. Descrição da necessidade

A atuação da Fiocruz no cenário nacional tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo como valor central a defesa do direito à saúde e da ampla cidadania.

A Coordenação-Geral de Infraestrutura dos *Campi* (Cogic) é responsável pela gestão da infraestrutura da Fiocruz e está presente em todas as atividades da Instituição. Sua missão é de prover conhecimentos e soluções sustentáveis de infraestrutura para a Fiocruz.

O Departamento de Gestão Ambiental (DGA), parte integrante da Cogic, tem como uma de suas principais atribuições, dar suporte à execução das atividades de infraestrutura, sendo responsável pela gestão, conservação, preservação e manutenção de todas as unidades no estado do Rio de Janeiro e em outras regiões do país.

Destacamos que a extensão vegetal, particularmente nos *campi* de Manguinhos, Expansão e Mata Atlântica, é um elemento abissal que inspira atenção. A cobertura vegetal é um elemento notável, pois sua estrutura é centenária e inspira especiais cuidados, deve ser mantida em perfeito estado de conservação, pois compõe edificações tombadas pelo patrimônio histórico e sua preservação é um legado para as futuras gerações.

Destacamos que a extensão vegetal, particularmente nos *campi* de Manguinhos, Expansão e Mata Atlântica, é um elemento admirável que inspira atenção. A cobertura vegetal é um elemento notável, pois sua estrutura é centenária e inspira especiais cuidados, deve ser mantida em perfeito estado de conservação, pois compõe edificações tombadas pelo patrimônio histórico e sua preservação é um legado para as futuras gerações.

O Campus Manguinhos (ilustrado no Anexo I) o qual compreende a maior parte das atividades necessárias descritas neste estudo tem uma situação geográfica peculiar e possui uma extensão de 860.726 m² de área territorial, onde há predominância de uma grande área verde com a presença de aproximadamente de 20.000 indivíduos arbóreos de várias espécies e famílias, fazendo com que o campus pareça uma verdadeira “ilha verde” em meio a uma população urbana com inúmeras edificações construídas muito próximas umas das outras, de forma geminada adensando as comunidades existentes no entorno e também aos bairros vizinhos à Manguinhos.

Esse cenário de alta densidade populacional com habitações e residências contíguas, construídas muitas vezes em precárias condições sanitárias, demanda atenção à Saúde Pública e aumenta a importância da função ecossistêmica deste campus para o município do Rio de Janeiro – RJ. Em relação à área estimada de bosques, jardins e gramados (áreas permeáveis) do campus Manguinhos, se aproxima dos percentuais também estimados de 30%, 60% e 10% respectivamente.

Diante disso, para possibilitar a plena capacidade e condições de funcionamento das atividades realizadas, em uma instituição do porte da Fiocruz, considerando condições sanitárias e ambientais adequadas e ambiente ideal para o desenvolvimento das suas atividades, é indispensável a manutenção e conservação das áreas externas às edificações. Assim, estaremos atendendo padrões de segurança das equipes de conservação do campus e dos transeuntes na Instituição, bem como a conformidade perante a legislação vigente. A interrupção das atividades pode ocasionar prejuízos à Instituição, podendo comprometer a salubridade das pessoas, devido às más condições de higiene e segurança das instalações físicas dos *Campi*.

Com isso, este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar cenário (s), aplicável (eis), para permitir a melhor solução, visando à conservação, preservação e manutenção das áreas verdes e das áreas externas administradas pelo Departamento de Gestão Ambiental (DGA). Serão destacados os levantamentos e avaliações indispensáveis para a melhor solução, como: o dimensionamento total das áreas a serem conservadas, a composição e dimensionamento máximo das equipes de trabalho divididas em categorias profissionais.

Segue abaixo, a descrição das atividades a serem executados nas áreas verdes e ajardinados, conforme necessidades da Fundação Oswaldo Cruz:

1. A manutenção, conservação e preservação de gramados: inclui desde serviços básicos como poda, roçada e aparo, limpeza, aeração, replantio, controle de plantas espontâneas e invasoras, até de serviços indicados e acompanhados por profissional habilitado (ex.: Engenheiro Agrônomo), tais como adubação e controle manejo fitossanitário. E há necessidade de sua execução ser contínua.

2. A manutenção, conservação e preservação das áreas ajardinadas, vasos ornamentais e jardineiras: inclui as atividades técnicas destinadas à manutenção geral, a fim de evitar a degradação dos jardins, áreas verdes e solos existentes nos *campi*. Além disso, para preservar a vitalidade das vegetações existentes e as características originais dos projetos paisagísticos. Consiste também na requalificação de áreas degradadas com plantio/replantios.

Outros serviços básicos para compor as atividades descritas acima são: manejo e controle das ervas espontâneas e invasoras, podas, roçadas, capinas, aparos de grama, limpeza da área e dos elementos paisagísticos, retirada de qualquer resíduo classificado no grupo D na RDC 222/2018, replantio, irrigação, reprodução e propagação de espécies e também serviços mais específicos que necessitam da recomendação e acompanhamento de profissional habilitado (ex.: Eng. Agrônomo), tais como: manejo fitossanitário, poda e remoção de árvores, incluindo todas as partes das plantas, adubação execução e conservação de aceiros.

3. A limpeza de vias e praças: compreendem serviços rotineiros de manutenção nas atividades destinadas à limpeza dos pavilhões, pátios, escadas, calçadas, ruas, meios-fios, estacionamentos com a remoção de detritos, vegetais e qualquer outro tipo de resíduo que se enquadre no grupo D, de acordo com a classificação na RDC 222/2018 que se acumule nestas áreas, capina e retirada de plantas espontâneas, coleta de resíduos das caixas coletoras de lixo e latões situados nas vias. Este serviço deve ser realizado continuamente, de acordo com planejamento prévio aprovado pela gestão observando fatores climáticos e/ou características das espécies existentes.

Rotinas necessárias ao cumprimento das atividades descritas acima são:

- Todo o material resultante de varrição e da coleta de resíduos de acordo com a classificação na RDC 222/2018 deverá ser removido para o local determinado pela contratante.
- Deverá ser executada continuamente a capina e limpeza das calçadas externas aos limites da FIOCRUZ, bem como das áreas contíguas às portarias;
- Retirada de lixo das papelarias localizadas nas vias;
- Conservação de Aceiros
- Limpeza de Interstícios dos bloquetes (calçamento por lajotas, pedras portuguesas e pisos cimentados).

4. A manutenção de fontes, lagos e espelhos d'água: corresponde a uma demanda de grande importância para manter a qualidade da água, das espécies vegetais aquáticas e dos peixes, garantindo boa aparência destes elementos paisagísticos. Este serviço de manutenção consiste em instalação e manutenção de sistema de filtragem e oxigenação da água, aspiração com a bomba de alta vazão ou rodo para retirada o lodo e seu respectivo descarte; retirada do resíduo, folhas secas ou qualquer outro que esteja interferindo na qualidade do elemento, orgânico ou inorgânico, em caso de ocorrência, lavagem da estrutura quando necessário, aplicação de produtos químicos tipo cloro, de forma a manter o espelho d'água sempre vistoso, com aspecto cristalino, com perfeita visualização do fundo, além de não apresentar mau cheiro; controle de algas, microrganismos, insetos deve ser preferencialmente biológico e, se necessário e desde que autorizado pela Administração, químico; manutenção do correto nível da água, análise e correção da qualidade da água para que proporcione qualidade de vida para os peixes e plantas existentes, sendo executados por profissional capacitado e qualificado e com conhecimento de todos os materiais, insumos e equipamentos para tal.

5. A limpeza e manutenção de galerias de águas pluviais, de calhas, telhados e boca de lodo: consistem em retirar todo acúmulo de resíduos/detritos das bocas de lodo, de valas e canais de escoamento de águas pluviais, calhas, lajes e telhados, devendo ser feita diariamente para prevenir o entupimento das redes de água pluvial e corrigir quando for necessário e ainda para remoção de detritos que possam causar o assoreamento.

6. O processo de Compostagem: consiste em tratar os resíduos orgânicos, arbóreos ou não, através de um processo biológico em que os microrganismos, em presença de oxigênio e em condições controladas, transformam a matéria orgânica num material semelhante ao solo, a que se chama composto, e pode ser utilizado como adubo, ou insumo para as atividades de manutenção das áreas verdes e ajardinadas ou para produção de mudas.

7. O controle manejo fitossanitário: consiste em um procedimento realizado para o controle de pragas nas áreas verdes e ajardinadas, utilizando defensivos e outros métodos a fim de evitar ou reduzir a proliferação de patógenos, para que não causem danos significativos. O Manejo Integrado de Pragas se utiliza de tecnologias químicas, orgânicas e mecânicas e/ou outras técnicas adequadas, quando disponíveis, para controlar pragas, doenças ou plantas daninhas. Deve ser realizada profissional capacitado e seguindo as orientações e receituários emitidos por profissional habilitado e sob aprovação da gestão.

8. A produção de mudas: corresponde ao atendimento das demandas de manutenção das áreas ajardinadas, também ao planejamento da Cogic com a criação de novas áreas com vegetação. Consiste no manejo de espécies botânicas diversificadas e sua duplicação, podendo ser ornamental ou não, para atender os projetos paisagísticos, manutenção de canteiros e afins, como também, preservar as espécies vegetais que compõem o acervo botânico existente. Além disso, consiste em coleta de propágulos para a produção de mudas, e manutenção destas em condições adequadas ao plantio definitivo, executado por profissional qualificado e seguindo as orientações técnicas do profissional habilitado.

Conservação de edificações com valor cultural

A contratada deverá conhecer as várias localizações e edificações de valor cultural sob tutela da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, ou seja, que tenha importância para a nação brasileira no campo da história, ciência, tecnologia, arquitetura, arte, dentre outros. Assim, a manutenção dessas às áreas verdes e ajardinadas serão mantidas

Fazem parte dos bens patrimoniais:

1. As edificações que compõem o Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos – Nahm, tombadas em 1981, pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan;
2. O palácio Itaboraí, em Petrópolis, também protegidos pelo Iphan;
3. O Pavilhão Carlos Augusto Chagas da Silva e o pavilhão Arthur Neiva, em Manguinhos, em estilo modernista tombados em 1998, pelo Instituto de Patrimônio histórico e Artístico e Cultural – Inepac;
4. O Aqueduto, localizado no Campus Manguinhos da Fiocruz Mata Atlântica, tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan;

Para que esse esforço se torne numa ação real de preservação desse patrimônio e imprescindível que aconteçam ações integradas entre todos os que participam das equipes de manutenção das áreas verdes e ajardinadas, assim como o usuário.

Diante da inexistência de agentes técnico/operacionais no quadro funcional deste Departamento, em razão da extinção do referido cargo por meio da MP Nº 1606-20/98 convertida na Lei 9632/98, com vistas a propiciar à Fiocruz as condições adequadas ao seu bom funcionamento, é necessário o apoio técnico especializado para execução dos serviços continuados de conservação, preservação e manutenção das áreas externas das edificações dos *campi* Fiocruz

4. Área requisitante

Departamento de Gestão Ambiental – Cogic

Responsáveis: Jorge de Oliveira Cariuz e Gilberto da Silva Braga

5. Requisito da Contratação

Visando atender a todas as necessidades expostas no item 1, a(s) solução(ões) deve(m) atender aos seguintes requisitos:

- A solução adotada deverá adotar a metodologia de produtividade de 6000 m² até 7000 m² para as áreas de varrição de passeios e arruamentos e de 1800 m² até 2000 m² para as áreas de pátios e áreas verdes, considerando a produtividade de referência conforme IN 05/2017, sendo postos de trabalho com mão de obra residente nas demais áreas.
- A solução adotada deverá atender a cada tipo de atividade, levando em consideração as especificidades de cada demanda, conforme descritas no item 1 e não poderá sofrer interrupção;
- A solução adotada deverá prever total condição de atender a execução das atividades em todos os *Campi* da Fundação Oswaldo Cruz, no estado do Rio de Janeiro;
- A solução adotada deverá prever a possibilidade de padronização de atividades para atendimento futuro em outros *campis* de outros estados;
- A solução adotada deverá atender a execução diária de atividades, incluindo finais de semanas em situações específicas;
- A solução adotada deverá atender a execução de atividades em horários diferenciados, quando necessário;
- A solução adotada deverá obedecer a critérios de sustentabilidade ambiental e aplicar as práticas de responsabilidade socioambiental, com vistas ao menor impacto ambiental para contratação;
- A solução adotada deverá obedecer aos aspectos normativos, cumprir as normas técnicas e legislações vigentes pertinentes às atividades;
- A solução adotada deverá considerar o deslocamento de mão de obra para executar atividades em outros *campi* Fiocruz, bem como o deslocamento dos materiais, equipamentos e demais insumos necessários à execução.

6. Levantamento de Mercado

No que se refere à busca da melhor solução, o corpo técnico do DGA realizou consulta no estado do Rio de Janeiro e verificou que existem empresas especializadas na prestação destes serviços técnicos, tais como:

1. Nova Rio Serviços Gerais Ltda;
2. Rizoma engenharia e paisagismo;
3. Ponta do Céu urbanização, Construções & Paisagismo LTDA;
4. Maranata Prestadora De Serviços E Construções LTDA;
5. Espaço Serviços Especializados LTDA;
6. Liderança Limpeza E Conservação LTDA;
7. R.P.L Engenharia E Serviços LTDA;
8. SM21 Engenharia e Construções S.A

Desse modo, como forma de levantar o mercado, a equipe realizou uma visita técnica por amostragem. Esta visita foi à empresa Rizoma engenharia e paisagismo, em 19/02/2021, sendo recebidos pelo senhor Paulo Zatorre. Nesta visita, dentre outras informações, o grupo de trabalho tomou conhecimento de que as modalidades de contratação praticadas pela empresa são por serviço demandado (m²) e posto de trabalho, incluindo tecnologias na execução, tais como varredeira, soprador, aspirador para limpeza das áreas e de calhas e bueiro.

Após a visita técnica descrita acima e neste processo de analisar o mercado, comparando como é executado o serviço em outras Instituições identificou-se a possibilidade de flexibilização, pela contratação, da utilização de novas tecnologias, tais como: varredeira, soprador, aspirador e insumos, produtos para controle fitossanitário (empresa com registro de jardinagem profissional no Inea), mecanização de pequenas podas com o uso da motopoda, dentre outras. O emprego dessas técnicas pode trazer maior economicidade e eficiência ao contrato e redução dos custos efetivos.

No caso da execução por demanda, a contratada executará os serviços pontuais e ficará desprendida para utilizar as tecnologias que melhor se adequem às necessidades. A substituição da metodologia de prestação de serviços de posto de trabalho por m² provoca uma necessidade de se explorar a utilização de técnicas com consequente diminuição da mão de obra. A rotina e o modo como hoje são realizados o serviço serão adaptados a esta nova metodologia.

Em referência à execução atual, através do contrato n° 22/2016 da empresa Nova Rio Serviços Gerais Ltda, a solução hoje adotada é a contratação de postos de trabalho em regime de mão de obra residente. Esta contratação hoje abrange 217 postos de trabalho, distribuída entre jardineiro, auxiliar de jardinagem, auxiliar de limpeza, operador de motosserra, operador de roçadeira, operador de microtrator, supervisor, chefe de seção. O valor anual do contrato é de R\$ 15.298.071,22 já considerando o ajuste dos percentuais de insalubridade e periculosidade, após laudo elaborado por engenheiro de segurança do trabalho da contratada.

Essa solução tem se mostrado adequada em razão das atividades de manutenção serem habituais e rotineiras. Tais atividades fazem parte da rotina de todos os *Campi*. Assim, no atual modelo de execução, há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente atividades e tarefas de seu interesse e necessidade.

Mediante ao exposto, a busca das alternativas possíveis e melhor solução, pretendendo atender com **eficiência e eficácia** a necessidade descrita no item 1, foram observadas algumas formas para atendimento desses objetivos. Nesse sentido, há a possibilidade de classificarmos **três soluções**, conforme abaixo:

1. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente;
2. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por demanda (medição por m² e/ou preço unitário ou demanda), considerando a produtividade de referência conforme IN 05/2017;
3. Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços, utilizando as duas formas de execução e durante a prestação dos serviços combinar a execução de produtividade por m² e por posto de trabalho.

Nesse sentido, destacamos os pontos fortes e fracos de cada uma dessas formas de contratação:

Contratar por posto de trabalho e em regime de mão de obra residente:

Ponto Forte: Evita descontinuidade; há postos de trabalho da contratada à disposição da Administração, para que executem prontamente tarefas de seu interesse e necessidade. A programação dos serviços fica a cargo da contratada, com especificidade para a Fiocruz, que define quando e onde atender.

Ponto Fraco: A existência de um custo fixo que por vezes dificulta a sua manutenção pela carência de recurso; períodos ociosos das equipes com geração de custos para contratante; Dificuldade em dimensionar a força de trabalho de suporte.

Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços por demanda (medição por m² e/ou preço unitário ou demanda)

Ponto Forte: Diminui custos com mão de obra ociosa; possibilita a utilização de tecnologias tais como varredeira, soprador e aspirador, a critério da contratada, para as atividades de produtividade por m² e demanda.

Ponto Fraco: Atrasos e/ou dificuldades quando da necessidade de atendimentos emergenciais; possibilidade de descontinuidade em razão da mudança de mão de obra não exclusiva, prejudicando ou até inviabilizando a execução de alguns serviços;

Contratar utilizando os dois regimes de execução (híbrido)

Os **pontos fortes e fracos** são a combinação dos destacados nos itens acima. Além disso, há possibilidade de retrabalho, pois em se tratando de serviços invariavelmente diários as formas de execução podem ser confundidas entre demandas por ordem de serviços ou emergenciais.

7. Descrição da solução como um todo

Ao observar e analisar as soluções que se apresentam no item acima (Levantamento de Mercado), suas formas, propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a **“opção 3”**.

A descrição da solução como um todo, abrange a utilização de duas formas de execução (híbrido). Assim, foi considerado o disposto no Anexo VI-B, Item 2.1, IN 05/2017, cujos termos indicam que “os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir a produtividade da mão de obra, em face das características das áreas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública”. **A Fundação Oswaldo Cruz estabeleceu como condição OBRIGATÓRIA para todos os licitantes a utilização da produtividade MÍNIMA de 6000m² até a MÁXIMA de até 7000m² para as áreas de varrição de passeios e estacionamentos e de produtividade MÍNIMA de 1800m² até a MÁXIMA de 2000m² para as áreas de pátios e áreas verdes, conforme disposto nas planilhas de custo e formação de preço. Para os DEMAIS AMBIENTES, as licitantes deverão considerar a execução por posto de trabalho, conforme parâmetros de referência descritos na planilha de composição de custos e Termo de Referência.**

Esta solução compreende, ainda, toda a prestação do serviço descrito no item 1, com fornecimento de insumos, materiais, ferramentas, equipamentos, mobiliário e insumos e serviços extras para atendimento das necessidades da Fundação Oswaldo Cruz.

Deverá ser elaborado cronograma regular de atividades ao gestor ou ao fiscal do contrato que deverá conter, **minimamente**, as seguintes atividades:

- A Manutenção, conservação e preservação de gramados;
- A Manutenção, conservação e preservação das áreas ajardinadas, vasos ornamentais e jardineiras incluem as atividades técnicas destinadas à manutenção geral;
- A limpeza de vias e praças que corresponde a serviços rotineiros de manutenção;
- Manutenção de fontes, lagos e espelhos d’água;
- Limpeza e manutenção de galerias de águas pluviais, de calhas, telhados e boca de lodo.
- Manejo Fitossanitário;
- Produção de mudas;
- Processo de compostagem.

Análise das alternativas existentes:

Em sendo assim, ao observar e analisar as soluções que se apresentam, suas formas propostas de fornecimento, seus benefícios e ponderando-se os encargos e a eficiências de cada uma delas, bem como os preceitos legais implícitos em cada uma das opções, conclui-se que o formato mais adequado a ser utilizado na Instituição é a opção "Opção 3" Contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços, utilizando as duas formas de execução e durante a prestação dos serviços combinar a execução de produtividade por m² e por posto de trabalho, por ser o mais viável, mais econômico com a mais eficiência.

8 -Estimativa das Quantidades a serem contratadas

Historicamente a execução deste objeto levou em consideração o modelo de execução por posto de trabalho, assim a quantidade de postos definidos pela Fiocruz baseava-se em períodos antecedentes e contínuos. Destacamos que, no ano de 2015, houve a redução do número de postos de trabalhando sendo decrescido de 238 para 217 postos, por solicitação de contingenciamento de gastos pela Presidência Fiocruz, perfazendo uma redução contratual de aproximadamente 9,7%.

Com a implementação da IN 05/2017-MPOG, a qual deu nova redação à IN 02/2008, algumas alterações nas regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional recomendou a adequação do modelo de execução a novos parâmetros de produtividade. Dessa forma, para adaptar a necessidade à produtividade de referência trazida pela IN 05/2017, consideramos os seguintes padrões:

1. Adequação das áreas de varrição de passeios e estacionamentos à estimativa de produtividade por m²;
2. Adequação dos pátios e áreas verdes à estimativa de produtividade por m²;
3. Demais áreas para estimativa de produtividade por postos de trabalho, considerando jornada de 44h semanais e turnos de 12 x 36 (diurno) para atendimento à manutenção de áreas do Centro Hospitalar – INI, COVID-19.

Após estudo e análise da viabilidade técnica da contratação, verificou-se que a adequação da contratação para os itens I e II, acima mencionados, comporta uma redução significativa de 78 postos de trabalho de Auxiliar de Serviços Gerais (ASG) para 61 postos de Auxiliar de Limpeza em caso de a licitante utilizar a produtividade MÍNIMA, perfazendo uma redução de aproximadamente de 27,87% ou para 53 postos de Auxiliar de Limpeza, caso a licitante utilize a produtividade MÁXIMA, perfazendo uma redução de aproximadamente de 47,17%.

Tabela 1: Detalhamento dos Quantitativos Mínimo e Máximo de profissionais, considerando a produtividade por metro quadrado + postos de trabalho.

Categoria Profissional	CBO da Categoria Profissional	Unidade de Medida	Área/ Carga Horária	Produtividade Mínima de Referência (IN MPOG nº 05/2017)	Produtividade Máxima de Referência (IN MPOG nº 05/2017)

				Quantidade de Profissionais	de	Quantidade de Profissionais
Auxiliar de Limpeza	5143-20	174.990,07 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/ 44h semanais	29,2		25,0
Encarregado	4101-05	174.990,07 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/ 44h semanais	0,97		0,83
Auxiliar de Limpeza	5143-20	18.210,50 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/turno 12x36	6,1		5,2
Encarregado	4101-05	18.210,50 M²	Varrição de Passeios e Arruamentos/turno 12x36	0,2		0,2
Auxiliar de Limpeza	5143-20	30.640,97 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ 44h semanais	17,0		15,3
Encarregado	4101-05	30.640,97 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ 44h semanais	0,6		1,5
Auxiliar de Limpeza	5143-20	6.105,03 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ turno 12x36	6,8		6,1
Encarregado	4101-05	6.105,03 M²	Áreas de Pátios e Áreas Verdes/ turno 12x36	0,2		0,2
Auxiliar de Jardinagem	5142-05	Posto de Trabalho	Demais áreas	30		30
Jardineiro	6220-10	Posto de Trabalho	Demais áreas	66		66
Jardineiro Líder	6220-10	Posto de Trabalho	Demais áreas	9		9
Operador de Roçadeira	7151-45	Posto de Trabalho	Demais áreas	20		20
Operador de Motosserra	6321-20	Posto de Trabalho	Demais áreas	5		5
Operador de Microtrator	7151-25	Posto de Trabalho	Demais áreas	1		1
Supervisor	4101-05	Posto de Trabalho	Demais áreas	3		3
Totalizador				195		187

Observação 01: Os quantitativos de uniformes e EPIs, equipamentos e ferramentas; materiais, insumos e mobiliário estão descritos no Anexo II deste Estudo Técnico Preliminar.

8 - Estimativa do Valor da Contratação

A estimativa de preços referenciais obtidos considerou as metodologias de pesquisa abaixo descritas:

1. Preço baseado no estabelecido na **Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2022 – CCT SEEAC - RJ (SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO)** das categorias profissionais, com utilização dos benefícios aos trabalhadores previstos no CCT, conforme abaixo descrito:

Categoria Profissional	Piso Salarial da categoria (cláusula 3º CCT)	Auxílio-Refeição/ Alimentação (cláusula 20º CCT)	Benefício social familiar (cláusula 25º CTT)
Auxiliar de Limpeza	R\$ 1.301,00	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Encarregado	R\$ 1.624,91	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.381,65	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Jardinagem	R\$ 2.132,74	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Operador de Roçadeira	R\$ 1.381,65	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Operador de Motosserra	R\$ 1.381,65	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Operador de Microtrator	R\$ 1.381,65	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Jardineiro Líder	R\$ 2.132,74	R\$ 19,50	R\$ 16,00
Supervisor	R\$ 3.321,39	R\$ 19,50	R\$ 16,00

Observação 1.: Para efeito de isonomia das propostas, foram estimativos os percentuais máximos de 40% para Insalubridade (auxiliar de Limpeza, auxiliar de jardineiro, jardineiro, jardineiro líder, encarregado e supervisor) e de 30% para periculosidade (Operador de Roçadeira, Operador de Motosserra e Operador de Microtrator), visando à sustentabilidade jurídico-financeira do contrato. Contudo, sua efetiva permanência como custo e correta distribuição dos percentuais versus graus de risco para fins de faturamento, condicionar-se-á ao(s) grau(s) de risco apontado(s) em Laudo Pericial, emitido por Engenheiro ou Médico do trabalho devidamente credenciado no MTE a ser apresentado pela Contratada num prazo de até 30 dias contados a partir do primeiro dia de vigência contratual. O pagamento efetivo do adicional só poderá ocorrer baseado nesse laudo, entregue à Fiscalização do contrato no prazo supracitado. Caso o laudo indique que não há exposição a riscos insalubres na totalidade dos postos ou se a insalubridade for apenas para alguns postos, as planilhas deverão ser alteradas para que o adicional contemple apenas o indicado, devendo haver à revisão dos custos por Apostilamento.

Observação 2.: Conforme previsto na CCT, o jardineiro líder fará jus a uma gratificação mensal de 15% (quinze por cento) do piso salarial da categoria profissional de servente.

Observação 3.: Conforme previsto na CCT, o encarregado fará jus a uma gratificação mensal de 25% (vinte e cinco por cento) do piso salarial da categoria profissional de servente.

Observação 4.: Para o auxílio-alimentação/refeição haverá a contrapartida de 10% de desconto para o trabalhador, conforme legislação aplicável. Para efeito de estimativa deste benefício foram considerados:

- Para os postos de 44h semanais foram estimados 23 dias úteis de execução dos serviços;
- Para os postos de turnos diurnos de 12 x 36 foram estimados 16 dias úteis de execução dos serviços.

Para efeito de pagamento a Contratada serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

2. Os parâmetros para estimativa dos preços referenciais de uniformes e EPIs; equipamentos e ferramentas; materiais e mobiliários foram baseados na divulgação de processos licitatórios de outros órgãos públicos, em consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br> (Furnas Centrais Elétricas S.A, Pregão eletrônico N.PE.CSAQ.A.00005.2021; Escola Superior de Guerra - Licitação 01/2021, Pregão; IPEN/CNEN, Pregão Eletrônico nº 05/2021 e TRT 13ª Região, Pregão Eletrônico nº 07/2021); no levantamento de mercado realizado com base em mídias especializadas de domínio amplo, bem como em site especializado para cotação de preços referenciais: <https://www.bancodeprecos.com.br>. Segue abaixo as estimativas mensais por categorias profissionais:

Categoria Profissional	Uniformes e EPIs	Equipamentos e Ferramentas	Materiais
Auxiliar de Limpeza	R\$ 47,74	R\$ 9,59	R\$ 3,14
Encarregado	R\$ 41,51	-	-
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 43,68	R\$ 10,88	R\$ 25,31
Jardineiro	R\$ 43,17	R\$ 59,99	R\$ 20,95
Operador de Roçadeira	R\$ 47,19	R\$ 44,41	R\$ 45,79
Operador de Motosserra	R\$ 84,54	R\$ 87,22	R\$ 245,22
Operador de Microtrator	R\$ 38,07	R\$ 264,08	-
Jardineiro Líder	R\$ 41,51	-	-
Supervisor	R\$ 41,51	-	-

Observação 01.: Fica a critério da contrata, para a execução dos serviços, a previsão de custos com equipamentos e ferramentas para as categorias: encarregado, jardineiro líder e supervisor, caso necessário;

Observação 02.: Fica a critério da contrata, para a execução dos serviços, a previsão de custos com materiais para as categorias: encarregado, Operador de Microtrator; jardineiro líder e supervisor, caso necessário;

Observação 03.: Para a estimativa do custo mensal do mobiliário, por categoria profissional, foi considerada a especificação de armários com quatro, seis e oito portas, chegando ao valor unitário de R\$ 1,78 mensal, conforme disposto na planilha de custo e formação de preços, ficando a critério da licitante a especificação e descrição, devendo apenas se atentar ao quantitativo total de profissionais para serem atendidos.

Observação 04.: Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade. Os custos unitários de Uniformes e EPIs; Equipamentos e Ferramentas e Materiais, conforme disposto no Anexo II, estão previstos na planilha de custos e formação de preços.

3. Preço baseado no estabelecido em Legislação trabalhista e Previdenciária, e aqueles previstos na Legislação Própria, conforme abaixo descrito:

13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Memória de Cálculo	Fundamento
13º Salário	8,33%	DTS = 1/12	a com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017. Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
	12,10%	FAF = 1/11 x R + 1/3 x 1/11 x R	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea "a" do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

Férias e Adicional de Férias			Tabela do subitem 2.4.1 reserva mensal para o pagamento de encargos trabalhistas - percentual incidente sobre a remuneração.
Incidência dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições sobre 13º Salário, Férias e Adicional de férias	6,69%	Incidência da alíquota total dos encargos de GPS, FGTS e Outras Contribuições X custo de décimo terceiro + custo 13º Salário, Férias e Adicional de férias	% Conta Vinculada- Anexo XII da IN nº 05/2017. Caderno de Logística com Orientações básicas sobre a operacionalização da Conta Vinculada nos termos da alínea “a” do item 1.1 do Anexo VII-B e do Anexo XII da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
GPS, FGTS e Outras Contribuições	%	Memória de Cálculo	Fundamento
INSS	20,00%	20,00%	Art.22, Inciso I da Lei 8.212/91
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,5 %	2,5 %	Art.3º, Inciso I, Decreto nº 87.043/82
SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	0,00%	RAT: 1%, 2% ou 3% x FAP: 0,5 a 2%	RATxFAT – Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas ‘b’ e ‘c’, da Lei nº 8.212/91. Conforme GFIP do mês anterior à data da proposta – Para estimativa, considerado o maior valor possível.
SESC ou Sesi	1,50%	1,50%	Art.3º, da Lei nº 8036/90
SENAI-SENAC	1,00%	1,00%	Decreto 2.318/86
SEBRAE	0,60%	0,60%	Art.8º, Lei nº 8029/90 e Lei nº 8154/90
INCRA	0,20	0,20	Lei nº 7787/89 e DL nº 1146/70
FGTS	8,00%	8,00%	Art.15, da Lei nº 8036/90 e Art.7º III, CF
Provisão para rescisão	%	Memória de Cálculo	Fundamento
Aviso Prévio Indenizado	0,42%	$((1/12) \times 0,05) \times 100 = 0,42\%$	Trata-se de valor devido ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e sem lhe conceder aviso prévio, conforme disposto no § 1º do art. 487 da CLT. De acordo com levantamento efetuado em diversos contratos, cerca de 5% do pessoal é demitido pelo empregador, antes do término do contrato de trabalho. Arrolado no item 22 do Acórdão 6771/2009 do TCU
Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	% Aviso Prévio Indenizado x % FGTS = 0,03%	Súmula nº 305/TST e Acórdão TCU 2.217/2010 - Plenário.
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado	3,44%	$= 0,8 \times 0,4 \times 0,9 \times (1 + (1/12) + (1/12) + (1/3 \times 1/12))$	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001
Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	$(7/30)/12 \times 100 = 1,94\%$	Refere-se à indenização de sete dias corridos devida ao empregado no caso de o empregador rescindir o contrato sem justo motivo e conceder aviso prévio, conforme disposto no art. 488 da CLT. (Acórdão TCU 1186/2017).
Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,66%	% Aviso Prévio trabalhado x % total dos encargos com GPS, FGTS e Outras Contribuições	Súmula nº 305/TST
Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.	0,38%	$= 0,8 \times 0,4 \times 0,1 \times (1 + (1/12) + (1/12) + (1/3 \times 1/12))$	- Lei Nº 13.932 de 11 de dezembro de 2019 - Art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001 - Art. 1º, caput, e parágrafo único da Lei nº 12.506/2011

Custo de reposição profissional ausente	%	Memória de Cálculo	Fundamento
Substituto na cobertura de Férias	1,70%	% submódulo 2.2 alínea b - 13º salário, férias e adicional = 20,43 / 12 meses = 1,70% (em nosso entendimento o repositor deverá possuir os mesmos direitos do efetivo, garantidos pela CLT, porém proporcional a 1/12 avos. A memória de cálculo levou em consideração o % máximo recomendável, sendo facultada a licitante optar por outras alíquotas de acordo com sua discricionariedade.	. Previsão de pagamento mensal proporcional a cobertura de férias, para um período de 30 dias, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF. Deverá ser levado em consideração 1/12 avos das férias do profissional que está cobrindo este período. O provisionamento do profissional efetivo do posto de trabalho já possui sua retenção no Submódulo 2.1 Alínea B.
Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	$((1 / 30) / 12) \times 100 = 0,28\%$	Lei 6367/76 e o art. 473 da CLT elencam as motivações de falta de empregados ao serviço sem que haja prejuízo ao salário correspondente. De acordo com dados estatísticos do IBGE, arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU, cada empregado falta um dia por ano, a esse título.
Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	$((5 / 30) / 12) \times 0,015 \times 100 = 0,02\%$	Criada pelo art. 7º, inciso XIX da CF, combinado como art. 10, §1º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT -, concede ao empregado o direito de ausentar-se do serviço por cinco dias quando do nascimento de filho. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	$((15 / 30) / 12) \times 0,0078 \times 100 = 0,03\%$	O artigo 27 do Decreto nº 89.312, de 23/01/84, obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias, no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% (zero vírgula setenta e oito por cento) dos empregados se acidentam no ano. Arrolado no item 20 do Acórdão 6771/2009 do TCU.
Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,03%	$(1,416\% \times 10\% \times 6/12) \times (8,33\% + 8,33\% + 2,78\% + 20\% + 8\%) = 0,03\%$	Custeado Integralmente pela Previdência. Tem reflexos em férias, 13º salário e diferença salarial entre o teto da previdência e o recebido. Reflexo
Substituto na cobertura de outras ausências (especificar)	0,00%		

Observação 01.: Para o percentual referente ao SAT (Seguro Acidente de Trabalho), a licitante deverá preencher o FAP ajustado da empresa devendo comprovar através de apresentação da GFIP para a comissão de licitação. Caso a empresa apresente alíquotas diferenciadas das expostas pela Administração deverá apresentar justificativa, memorial de cálculo, e devida fundamentação legal para que a comissão de licitação possa apurar a legalidade, razoabilidade dos fatores apresentados.

4. Para estimativa do custo de **auxílio transporte**, com o intuito de estabelecer o princípio da isonomia da licitação, bem como o valor para pagamento do auxílio transporte à contratada, a Fiocruz estabeleceu o Bilhete Único Intermunicipal para ida e volta para todos os profissionais dos postos de trabalho, por se tratar de medição para faturamento do valor executado efetivamente pelo trabalhador.

Estabeleceu o Bilhete Único Municipal para os ambientes de execução dos serviços com produtividade por metro², por se tratar de medição de faturamento com valor fechado e pago por metragem quadrada.

A Fiocruz definiu também, um Bilhete Único Municipal para ida e um Bilhete Único Municipal para volta para todos os profissionais envolvidos na execução dos serviços. O valor modal para efeito de estimativa de custo foi de R\$ 4,05 x 2 (dois), isto é, 2 modais diárias, sendo:

- Para os postos de 44h semanais foram estimados 23 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.
- Para os postos de turnos diurnos de 12 x 36 serão estimados 16 dias de execução dos serviços, já incluído 6% de desconto sobre o salário base do profissional.

Para efeito de pagamento, serão considerados apenas os dias efetivamente trabalhados.

5. Os parâmetros para estimativa para **Custos Indiretos e Lucro Preços** foram baseados na divulgação/publicação de processos licitatórios de outros órgãos públicos, em consulta ao portal <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes>. Tendo em vista a inexistência de estudo técnico padronizado, com divulgação de percentuais de custos indiretos e lucro para a pretensa contratação, o requisitante utilizou o parâmetro previsto na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, sendo consultadas as contratações similares de outros entes públicos, conforme descrito abaixo:

Itens Rubrica	Furnas Centrais Elétricas S.A eletrônico N. PE.CSAQ.A.00005.2021	Pregão	Ministério da Defesa Pregão	IPEN/CNEN Pregão Eletrônico Nº 05/2021	TRT 13ª Região Pregão Eletrônico nº 07/2021	Média das Alíquotas
---------------	--	--------	-----------------------------	--	---	---------------------

		Eletrônico nº 1/2021			
Lucro	4,20%	7,00%	5,00%	10,00%	6,55%
Custos Indiretos	4,56%	4,00%	10,00%	5,00%	5,89%

Observação 01.: A empresa deverá elaborar a sua proposta segundo o REGIME DE TRIBUTAÇÃO a qual estará enquadrada durante a execução do contrato.

Observação 02.: Para efeito de estimativa de preços da Administração foram consideradas as alíquotas do Lucro Real: PIS 1,65%; COFINS 7,60%; ISS 5,00%.

Observação 03.: É recomendado pelo Tribunal de Contas da União, como boas práticas de preenchimento da planilha de custos e formação de preços, que aos licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e Cofins (Lucro Real) apresentarem demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos na legislação especial, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

Mediante ao exposto, informamos que a Fundação Oswaldo Cruz utilizou como metodologia o autopreenchimento da planilha de custos e formação de preços, conforme autorização expressa na IN05/2017, chegando assim ao valor estimado mensal de R\$ 1.188.966,08 (Hum Milhão Cento e Oitenta e Oito Mil Novecentos e Sessenta e Seis Reais e Oito Centavos) e anual de R\$ 14.267.595,95 (Quatorze Milhões Duzentos e Sessenta e Sete Mil Quinhentos e Noventa e Cinco Reais e Noventa e Cinco Centavos).

9 -Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não deve ser parcelada, pois os serviços que compõe o objeto são atividades entrelaçadas que por vezes se sobrepõem, visto que as manutenções das áreas ajardinadas e outras atividades descritas no item 1 são correlacionadas. Além disso, as ações unificadas em uma mesma empresa trazem celeridade aos procedimentos de emergência o que é fundamental para que toda cobertura vegetal dos *campi* seja mantida em adequado estado de conservação.

10 - Contratações Correlatas e/ou Interdependente

Não se verificam contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda. Mas em relação às contratações interdependentes, a equipe de planejamento identificou duas contratações. A primeira delas é dos serviços de locação com operação de veículos e equipamentos transporte carga, equipamentos utilizados no suporte à execução dos serviços. (processo nº 25389.100078/2019-65). A segunda contratação é a de destinação de resíduos.

11- Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão para a contratação de empresa especializada, conforme descrição da necessidade, está alinhada aos planos instituídos pela Fiocruz e consta no Planejamento e Gerenciamento de Contratações Anual da Cogic-SPGC. Consta no Planejamento Orçamentário Anual da Cogic, através do projeto no SAGE, nº 0032.2000.566.27903, Programa de Trabalho: 10122003220000033; Elemento de Despesa: 339039 e Fonte de Recurso: 0615100000 - LOA - Corrente.

12 - Resultados Pretendidos

1. Evitar transtornos futuros na rede elétrica, nas edificações existentes, no patrimônio público ou privado realizando podas corretivas e preventivas de árvores e galhos;
2. Conservar toda área verde dos *campis*, a fim de garantir a perfeita conservação de todo o acervo paisagístico do ambiente.
3. Conservar a estrutura centenária de cobertura vegetal existente nos *campis*, especialmente campus Manguinhos.
4. Evitar acúmulo de detritos orgânicos em ampla escala e a invasão destas áreas por pragas e vetores diversos, acarretando prejuízo ao patrimônio público devido à presença de diversos patógenos, principalmente aos ambientes fabris.
5. Produzir condições necessárias ao atendimento dos objetivos da missão e da política de qualidade e meio ambiente.
6. Estar alinhado às práticas ambientais sustentáveis visando a otimização de recursos, redução de desperdício e redução dos índices de poluição.
7. Estar de acordo com os termos do compromisso com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) assumido pela Fiocruz desde 2014 e com a Política de Qualidade e Meio Ambiente da Cogic/Fiocruz, além da Política Nacional de Meio Ambiente, bem como está vinculada à política pública de contratações sustentáveis.
8. Viabilidade de redução de eventuais contratações correlatas e interdependentes temporárias, com a mesma finalidade.

13 - Providências a serem adotadas

Além dos trâmites convencionais para execução desta contratação previstos na legislação, outras intervenções e/ou adequações nos locais da execução e equipamentos poderão ser identificadas ao longo da elaboração do Termo de Referência e atualizadas neste Estudo Técnico antes do início das atividades.

Ainda, para atuar de forma eficiente, eficaz e efetiva na fiscalização e controle de um contrato desta natureza faz-se necessário à capacitação e atualização constante de servidores e apoios técnico e administrativo a torná-los aptos a desempenhar estas atividades na instituição.

14 - Possíveis Impactos Ambientais

Destacamos que, em relação à questão ambiental, a cobertura vegetal dos *campi* Fiocruz, apresenta alguns impactos ambientais positivos, os quais ressaltamos: oferece melhor qualidade do ar e da água, reduzem a velocidade do vento e influenciam o balanço hídrico, favorecendo infiltração da água no solo, reduzem a erosão e os riscos de inundação. Além disso, permitem o tratamento de águas residuais, dão abrigos e alimentos à fauna, propiciando uma maior variedade de espécies como também para a flora existente. Consequentemente influenciando positivamente, para um maior equilíbrio do bioma, suscetivelmente preservando os predadores naturais, impactando diretamente no controle da proliferação de pragas e agentes vetores de doenças, protegendo assim a biodiversidade.

Destacamos ainda que, em relação às atividades de conservação nos *campi* da Fiocruz, estas apresentam também alguns impactos ambientais negativos no que se refere a consumo de insumos como água potável, geração de resíduos tanto nas operações, como na varrição de áreas urbanizadas e ajardinadas; nas podas de indivíduos arbóreos; na manutenção e conservação de jardins; na produção de mudas; na produção da compostagem, além da emissão de poluentes dos escapamentos dos veículos ciclomoteres utilizados nestas operações.

Isto posto, será necessário que se promova práticas de consumo consciente de água e energia elétrica durante a execução dos serviços realizados nas dependências da Fiocruz.

No que diz respeito à poluição sonora, os equipamentos necessitaram de Selo Ruído ou documento equivalente que indique o nível de potência sonora, medido em decibel Db(A), conforme Resolução CONAMA n.º 20, de 7/12/1994, em face do ruído excessivo causar prejuízo à saúde física e mental, afetando particularmente a audição, devendo ser utilizadas tecnologias adequadas e conhecidas que permitam atender às necessidades de redução de níveis de ruído.

De forma efetiva no desenvolvimento das atividades deverá então ser utilizado o programa interno de separação de resíduos sólidos, com o descarte correto de todo o material/resíduo se possível através de logística reversa e descarte de produtos perigosos com a Ficha de Informação de Segurança de Produtos Fitossanitário, com seus respectivos números de Registro na Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA/Ministério da Saúde.

Além disso, deverá ser apresentada periodicamente ao gestor do contrato a comprovação de que os veículos e equipamentos alocados aos serviços na Fiocruz, informações de que estes veículos estão atendendo aos requisitos e limites de emissão de poluentes no escapamento, conforme o estabelecido no PROCONVE e por fim, que atenda às leis e normas ambientais pertinentes à atividade.

Ao encerramento de um contrato vigente, não deverão ser observados impactos ambientais negativos pois a empresa a ser contratada não deverá deixar nenhum passivo ambiental, tendo como obrigação gerenciar toda a sua atividade durante a vigência do contrato.

Por se tratar de um serviço de natureza contínua, haja vista que os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, quando um contrato é encerrado imediatamente outro deve ser iniciado. Assim não haverá desrespeito à legislação ambiental, pois sendo este um processo complexo que demanda planejamento prévio e plano de ação, não poderá gerar passivo ambiental e nenhum outro impacto ambiental negativo. Além disso, tal procedimento deve ser comunicado aos órgãos ambientais que fiscalizam a atividade.

15- Declarando a Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16- Mapa de riscos da contratação

Segue abaixo, a Análise de Risco realizada pela Equipe de Planejamento da Contratação com os possíveis riscos identificados, bem como com a devida identificação dos responsáveis nos diversos setores e, ainda, as ações que necessitam serem tomadas para que a contratação proporcione seus efeitos esperados, tendo como objetivo subsidiarmos a tomada de decisão da Coordenação da Cogic sobre a melhor maneira de proceder na condução desta pretensa contratação. Destacamos que não foram incluídas no Mapa de Riscos a seguir os riscos inerentes à atividades operacionais de execução dos serviços contratados, mas tão somente aqueles que se referem ao processo de formalização da contratação.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

Risco 01 - Restrição orçamentária por parte do Governo Federal: Falta de disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	(X) Baixa Média () Alta
Impacto:	() Baixa Média (X) Alta
Dano	
Consequência 1: Não contratação do objeto. Consequência 2: Prejuízos e falhas nos processos de gerenciamento de combustível. Consequência 3: Possível contratação emergencial, entre outros.	
Ação Preventiva	Responsável
Buscar que a pretensa contratação esteja alinhada com o Planejamento Estratégico da Instituição (Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações –SPGC, conforme disposto neste Estudo Preliminar.	Equipe de Planejamento da Contratação e Coordenador do Cogic.
Ação de Contingência	Responsável
Orientar o Coordenador da Cogic para que busque o remanejamento de valores previstos no orçamento anual da unidade para que a pretensa demanda possa ser atendida.	Equipe de Planejamento da Contratação.

02 – Provimento de Impugnação ao Edital ou Recursos: Não parcelamento do objeto contratado	
Probabilidade:	(X) Baixa Média () Alta
Impacto:	(X) Baixa Média () Alta
Dano	
Consequência 1: Atraso na realização da Contratação Pleiteada com a necessidade de republicações e novos prazos; Consequência 2: Possível contratação emergencial; Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.	
Ação Preventiva	Responsável

Justificar que o não parcelamento do objeto trará mais economia e vantajosidade para a Administração, além de termos um gerenciamento mais seguro e eficaz da prestação do serviço.	Equipe de Planejamento da Contratação.
Manter pessoas capacitadas junto ao setor de Compras e Equipe de Planejamento da Contratação para responder os questionamentos ou apontamentos das empresas ora licitantes.	
Ação de Contingência	Responsável
Dar prioridade na análise e respostas dos recursos e pedidos de impugnação, justificando e motivando o processo para manutenção do item questionado.	Setor requisitante.

03 – Recursos administrativos procedentes			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	
Impacto:	() Baixa	(X) Média	
Dano			
Consequência 1: Possível contratação emergencial; Consequência 2: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.			
Ação Preventiva	Responsável		
Realizar revisão das exigências constantes no Termo de Referência, reduzindo assim o risco.	Setor requisitante e equipe com		
Ação de Contingência	Responsável		
Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados da contratação e verificar estratégias paralelas.	Setor requisitante e equipe com		

Risco 04 – Apresentação de Estudo Técnico Preliminar ou Termo de Referência com especificações e justificativas insuficientes.			
Fase: Planejamento da Contratação			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano			
Consequência 1: Contratação de objeto diferente ou em desacordo com a necessidade da Administração; Consequência 2: Não atendimento ao princípio da motivação de forma eficaz; Consequência 3: Diminuição da competição, podendo culminar em uma licitação deserta ou fracassada. Consequência 4: Aumento indevidamente do custo da aquisição;			
Tratamento: Mitigar			
Ação Preventiva	Responsável		
Revisar cuidadosamente o Estudo Preliminar e o Termo de Referência, de maneira a reduzir as inconsistências verificadas no planejamento da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;		
Ação Preventiva	Responsável		
A equipe de planejamento da contratação deve solicitar à unidade demandante justificativa complementar com elementos suficientes para que subsidiem a contratação. Revogar ou anular o processo de licitação e emitir despacho ao setor requisitante solicitando adequação da Pesquisa de Preços e do Termo de Referência.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras;		

Risco 05 – Ausência de inclusão da Contratação no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - SPGC			
Fase: Planejamento da Contratação			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Dano			
Consequência 1: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 2: Comprometimento do orçamento evidenciando falha de planejamento da unidade; Consequência 3: Despesas sem previsão orçamentária.			

Tratamento: Aceitar	
Ação Preventiva	Responsável
Solicitar a inclusão da pretensa Contratação na janela de atualização do SPGC.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor Requisitante.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar a Cogead a inclusão em caso de perda de prazo.	Equipe de Planejamento da Contratação

Risco 06 – Erro no cálculo do preço estimado (pesquisa de preços)			
Fase: Planejamento da Contratação			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Dano			
Consequência 1: Sobrepreço ou preços inexequíveis; Consequência 2: Possíveis negociações desfavoráveis devido a estimativa de preços estar incompatível com os preços oferecidos no mercado. Consequência 3: Não atendimento ao princípio da economicidade. Consequência 4: Resultados de licitação com preços superiores aos praticados no mercado (preços superestimados);			
Tratamento: Mitigar			
Ação Preventiva	Responsável		
Consultar o site "compras governamentais" a fim de obter os custos praticados em outros órgãos para a prestação do serviço, entre outros. Analisar cuidadosamente os orçamentos estimativos elaborados pelo setor requisitante.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras		
Ação de Contingência	Responsável		
Analisar com extensas diligências propostas ofertadas no momento do certame licitatório de maneira a mitigar o risco apresentado. Verificar junto ao setor de Compras novos prazos estimados para aquisição, bem como emitir despacho à unidade requisitante solicitando adequação da pesquisa de preços e do Termo de Referência	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras		

Risco 07– Erro nos quantitativos estimados para pretensa contratação.			
Fase: Planejamento da Contratação			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Dano			
Consequência 1: Comprometimento orçamentário desnecessário ou insuficiente; Consequência 2: Falsa expectativa de fornecimento para os fornecedores; Consequência 3: Não atendimento das demandas das unidades solicitantes;			
Tratamento: Mitigar			
Ação Preventiva	Responsável		
Justificar as quantidades pretendidas no Termo de Referência por meio do Estudo Técnico Preliminar com base em histórico de consumo ou previsão de uso real.	Equipe de Planejamento da Contratação.		
Ação de Contingência	Responsável		
Solicitar a retificação das quantidades adequadas à necessidade das unidades demandantes.	Equipe de Planejamento da Contratação e Setor de Compras		

Risco 08 – Atraso na Finalização da Licitação			
Fase: Seleção do Fornecedor			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Dano			

Consequência 1: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 2: Recusa do licitante em manter a proposta. Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.

Tratamento: Mitigar	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar o processo e solicitar prioridade	Equipe de planejamento da contratação e Setor Requisitante.
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar empréstimo de material	Equipe de planejamento da contratação

Risco 09 – Homologar empresa com habilitação irregular ou inidônea	
Fase: Seleção do Fornecedor	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
Impacto:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média () Alta
Dano	
Consequência 1: Contratação irregular; Consequência 2: Atraso no atendimento da demanda; Consequência 3: Descumprimento das condições de habilitação exigidas no Art. 27 da Lei 8666/93.	
Tratamento: Mitigar	
Ação Preventiva	Responsável
Analisar cuidadosamente a documentação apresentada pelo licitante referente à habilitação, nos termos do Art. 27 da Lei 8.666/93 e conforme especificações do edital.	Setor de Compras e Pregoeiro
Ação de Contingência	Responsável
Desclassificar o licitante e, caso se comprove a irregularidade, abrir processo para aplicação de penalidade nos termos da legislação vigente.	Setor de Compras e Pregoeiro

Risco 10 – Não manutenção das condições de habilitação pela empresa vencedora do certame.	
Fase: Gestão do contrato	
Probabilidade:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média
Impacto:	(<input checked="" type="checkbox"/>) Baixa () Média
Dano	
Consequência 1: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição. Consequência 2: Prejuízo ao erário;	
Tratamento: Aceitável	
Ação Preventiva	Responsável
Acompanhar junto ao SICAF as condições de habilitação da contratada e se necessário notificá-la para sanar a pendência constatada.	Fiscal Administrativo do Co
Ação de Contingência	Responsável
Notificar a contratada pelo descumprimento de suas obrigações contratuais e aplicar as penalidades prevista em contrato.	Fiscal Administrativo do Co

Risco 11 – Falta de disponibilidade financeira para pagamento das despesas no prazo previsto na legislação				
Fase: Gestão do contrato				
Probabilidade:	() Baixa	(<input checked="" type="checkbox"/>) Média	() Alta	
Impacto:	() Baixa	(<input checked="" type="checkbox"/>) Média	() Alta	
Dano				
Consequência 1: Prejuízo ao erário devido ao pagamento de juros e multa. Consequência 2: Possível ocorrência de rescisão contratual por parte da contratada. Consequência 3: Não atendimento à demanda da Fiocruz ocasionando prejuízo nas atividades da Instituição.				

Tratamento: Aceitar	
Ação Preventiva	Responsável
Solicitar ao Setor Financeiro que respeite a ordem de entradas das Notas Fiscais e suas exigibilidades de pagamento.	Setor Financeiro
Ação de Contingência	Responsável
Solicitar repasse de recurso à Presidência Fiocruz para que o pagamento possa ser realizado no prazo previsto na legislação.	Setor Financeiro

MAPA DE RISCOS

PROBABILIDADE OCORRENCIAS	ALTA			
	MÉDIA		Risco 11	
	BAIXA	Risco 02 Risco 05 Risco 06 Risco 07 Risco 09 Risco 10	Risco 01 Risco 03 Risco 04 Risco 08	
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE /IMPACTO			

17. ANEXOS

ANEXO I - Imagens representativas de alguns locais em que é executada a maioria das atividades objeto deste estudo técnico preliminar.

ANEXO II - Quantitativos

- Uniformes e EPIs
- Equipamentos e Ferramentas
- Materiais
- Insumos e Serviços Extras
- Mobiliário

ANEXO I

Imagens representativas de alguns locais em que é executada a maioria das atividades objeto deste estudo técnico preliminar.

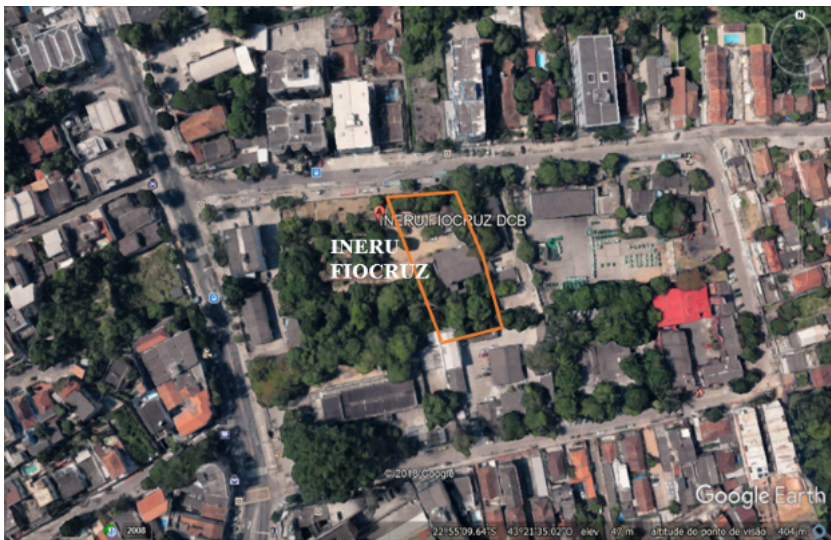
1. Localização da FIOCRUZ no Bairro Manguinhos - Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro e suas principais vias de acesso, local onde será realizado a maioria dos trabalhos – (Av. Brasil, 4365, Manguinhos, RJ).



2. Localização para a execução dos serviços, na Expansão do Campus Manguinhos - (Av. Brasil, 4036, Manguinhos, RJ)



3. Localização para a execução dos serviços no INERU– (Estrada da Covanca, 56, Jacarepaguá, RJ.)



4. Localização para a execução dos serviços no Centro de Referência Hélio Fraga – (Estrada Curicica, 2000, Jacarepaguá, RJ.)



5. Localização para a execução dos serviços no Palácio Itaboraí – (Rua Visconde de Itaboraí, 188, Valparaíso, Petrópolis, RJ.)



6. Localização para a execução dos serviços Fiocruz Mata Atlântica – (Estrada Rodrigues Caldas, 3400, Jacarepaguá, RJ)



7. Localização para a execução dos serviços IFF – (Av. Rui Barbosa, 716 - Flamengo, RJ.)



ANEXO II - Quantitativos

Uniformes e EPIs

Auxiliar de Limpeza

--	--	--	--

Descrição (no padrão da contratada) Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde.	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	
Luva Látex Verde Cano Curto	2	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	
Óculos de Proteção	1	

Encarregado

Descrição (no padrão da contratada) Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada e com identificação de supervisor.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça jeans, tipo cargo	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Auxiliar de Jardinagem

Descrição (no padrão da contratada) Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\ logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde.	4	

Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	2	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	

Jardineiro

Descrição (no padrão da contratada) Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Luva Látex Verde Cano Curto	2	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Operador de Roçadeira

Descrição (no padrão da contratada) Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição

Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Protetor auditivo	1	
Óculos de segurança	1	
Vestimenta de segurança tipo perneira	1	
Protetor facial de segurança	1	
Protetor auditivo tipo concha	1	
Vestimenta de segurança tipo avental	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	

Operador de Motosserra

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	3	
Óculos de segurança	1	
Protetor facial de segurança	1	
Protetor auditivo tipo concha	1	
Cinto de segurança tipo paraquedista e talabarte de segurança	1	
Capacete de segurança classe A	1	
Vestimenta de segurança tipo avental	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Talabartes para posicionamento	1	

Jardineiro líder

Descrição (no padrão da contratada)Uniformes	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça jeans, tipo cargo	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	

Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário.
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Supervisor

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa polo; na cor verde e com logomarca da contratada e com identificação de supervisor.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça jeans, tipo cargo	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante e isolante c\biqueira de aço	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário
Luva de vaqueta	1	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente.	1	
Óculos de Proteção	1	
Bota PVC branca	1	
Máscara de Proteção Respiratória PFF2	3	

Operador de Micro trator

Descrição (no padrão da contratada)	Quantidade por profissional	Substituição
Camisa de brim, com abotoamento na parte frontal, bolso vazado com visor plástico transparente que permita fixar o crachá de modo visível; na cor verde e c\logomarca da contratada.	4	Semestralmente ou sempre que necessário
Calça bermuda de brim com bolso, cintura com elástico e cadarço. Cor verde	4	
Meia de algodão	6	
Chapéus Canavieiros com Calda de 25 cm (serve para proteger orelhas e nuca), em modelo Australiano. Na cor verde.	2	
Equipamento de Proteção Individual/ EPI	Quantidade por profissional	Substituição
Botina c\solado antiderrapante, isolante c\biqueira de aço e proteção em metatarso	1	Conforme Norma Regulamentadora ou sempre que necessário
Luva de vaqueta	3	
Bloqueador solar FPS 50	2	
Protetor auditivo tipo concha	1	

Óculos de segurança	1	
Capa de chuva de comprimento longo, com capuz, impermeável, com fechamento frontal, cor transparente	1	

Observação 01.: A licitante deverá preencher a aba Uniformes e EPI's de acordo com as categorias profissionais devendo se atentar para a periodicidade de entrega de novos uniformes aos trabalhadores, conforme Termo de Referência.

Observação 02.: O quantitativo de uniformes indicados pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros itens de acordo com sua especificidade.

Observação 03.: A descrição dos EPIs é meramente exemplificativa, devendo a licitante cotar outros equipamentos de proteção individual necessários para a prestação dos serviços, conforme Norma Regulamentadora vinculada a categoria profissional

Equipamentos e Ferramentas

Auxiliar de Limpeza

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	14	Soprador BR 430 Still
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxada largo forjado	15	7234-20 / Tramontina
Enxada estampada larga	15	77214-254 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	10	Fuzil cod.15736
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	14	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	13	7124-04 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	36	7465-23 / Tramontina
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	10	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	3	Rei das escadas
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	10	7503 / Tramontina

Auxiliar de Jardinagem

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	5	Soprador BR 430 Still
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxada largo forjado	14	7234-20 / Tramontina
Pá jardineiro c/ cabo de 74cm	14	77443-304 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	14	Fuzil cod.15736
Cavadeira articulada	14	7755 / Tramontina
Sacho coração	30	7800 / Tramontina
Pazinha Larga 26 cm	30	Tramontina
Enxada estampada larga	13	77214-254 / Tramontina
Tesoura prof. de poda	20	21.244.00 / Corneta
Tesoura prof. poda p/ cerca viva e gramado	10	21.255.12 / Corneta
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	10	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	14	7124-04 / Tramontina
Ancinho curvo de 14 dentes c/ cabo	19	7101-14 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	15	7465-23 / Tramontina
Serrote fixo p/ poda	10	78374-401 / Tramontina
Facão para mato	10	26601018 / Tramontina

Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	9	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	4	Rei das escadas
Carro plataforma modelo quinta roda, com plataforma de madeira, capacidade 600kg	4	KR
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	10	7503 / Tramontina
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	15	78380-701 / Tramontina

Jardineiro

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Soprador de folhas a gasolina 63cc, 3,9CV	14	Soprador BR 430 Still
Podador de cerca viva. Equipamento motorizado, motor dois tempos a gasolina, equipado com emplemento para podar cercas vivas. Podendo ser utilizado em serviços em altura.	11	Still KA 85R
Pulverizador costal manual com sistema de alavanca. Equipado com o bico cone e com bico leque. 20 Litros	8	Vonder PL 20 litros
Pulverizador manual de compressão prévia, capacidade útil de 5 litros, equipado com válvula de segurança com escape automático de ar caso excesso de pressão. Equipado com bico cone e com bico leque. 05 Litros	8	Vonder PL 5 litros
Monocultivador a gasolina com rodas 7,0 HP	1	Toyama TT65
Triturador móvel de galhos, motor à diesel com potência de 49 HP. Para triturar galhos de árvores.	1	Vermeer BC1000XL
Veículo elétrico de carga, capacidade de carga de 01 tonelada. Para coleta de resíduos e transporte de insumos e equipamentos.	2	E-martcar
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Enxada largo forjado	16	7234-20 / Tramontina
Pá jardineiro c/ cabo de 74cm	26	77443-304 / Tramontina
Cavadeira reta com cabo em tubo de ferro	15	Fuzil cod.15736
Cavadeira articulada	15	7755 / Tramontina
Sacho coração	55	7800 / Tramontina
Pazinha Larga 26 cm	55	Tramontina
Enxada estampada larga	25	77214-254 / Tramontina
Tesoura prof. de poda	55	21.244.00 / Corneta
Tesoura prof. poda p/ cerca viva e gramado	15	21.255.12 / Corneta
Picareta pá larga e machadinha (chibanca)	20	7305-50 / Tramontina
Garfo de 4 dentes forçado forjado curvo	15	7124-04 / Tramontina
Ancinho curvo de 14 dentes c/ cabo	20	7101-14 / Tramontina
Pá quadrada c/ cabo	20	7465-23 / Tramontina
Serrote fixo p/ poda	25	78374-401 / Tramontina
Facão para mato	20	26601018 / Tramontina

Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	10	Tramontina
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	2	Rei das escadas
Carro plataforma modelo quinta roda, com plataforma de madeira, capacidade 600kg	4	KR
Carrinho de mão com caçamba metálica rasa e pneu c/ câmara. Capacidade 50 litros	20	7503 Tramontina /
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	25	78380-701 Tramontina /

Operador de Roçadeira

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Carrinho cortador de grama	Trapp MC 500	7
Roçadeira	Stihl FS 220	20
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Facão para mato	26601018 / Tramontina	1

Operador de Motosserra

Equipamentos	Quantidade por profissional	Referência/marca
Motopoda	Stihl HT 75	2
Motosserra MS 210	Stihl	3
Motosserra MS 230	Stihl	3
Motosserra 250 c/ corrente de 27 dentes	Stihl	3
Motosserra MS 260	Stihl	2
Motosserra MS 382	Stihl	2
Ferramentas	Quantidade por profissional	Referência/marca
Serrote fixo p/ poda	78374-401 / Tramontina	5
Facão para mato	26601018 / Tramontina	3
Machado soldado com cabo de madeira 90 cm	Tramontina	3
Escada de alumínio extensível c/ 10-12 degraus	Rei das escadas	1
Serrote podador p/ galhos altos c/ cabo em alumínio com prolongador	78380-701 / Tramontina	5

Operador de Micro trator

Descrição	Quantidade por profissional	Substituição
Microtrator equipado com implemento roçadeira e com carreta agrícola.	TC14 Tobata	1

Observação 01.:A licitante deverá preencher nesta planilha a estimativa de custos unitários dos equipamentos, ferramentas de acordo com a categoria profissional.

Observação 02.:O quantitativo de equipamentos, ferramentas indicadas pela Administração são os mínimos obrigatórios a serem ofertados pela licitante, podendo a empresa cotar outros equipamentos, ferramentas e mobiliário mais modernos para perfeita execução dos serviços.

Observação 03.:A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) de cada equipamento, ferramenta. Estes deverão estar em perfeitas condições de uso e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 04.: Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.

Materiais

Auxiliar de Limpeza

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	52
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	52

Auxiliar de Jardinagem

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	12
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	7
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	20
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	20
Regador plástico azul c/ 10ls	Unid.	14
Mangueira d'água de 3/4 trançadas c/ 50mt	Unid.	14

Jardineiro

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	12
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	7
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	30
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	30
Regador plástico azul c/ 10ls	Unid.	33
Mangueira d'água de 3/4 trançadas c/ 50mt	Unid.	54

Operador de Roçadeira

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Vassoura gari faca c/ 36 furos e cabo d 1,80mts	Unid.	10
Vassoura p/ grama e jardim de aço c/ 22 dentes, cabo e palheta regulável.	Unid.	10
Ascensor (jumar)	Unid.	1
Descensor (Evo)	Unid.	1
Mosquetões de alumínio	Unid.	5
Sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	1
Protetor de roçagem urbano, tela em nylon, para quando do uso das roçadeiras em vias de circulação ou proteção patrimonial sobre rodas pneumáticas	Unid.	13
Cone zebado 75 cm semi-rigido, confeccionado em plástico semi-rígido (polietileno) , com furo passante e abertura superior (topo) do produto. Aplicação Sinalização	Unid.	16
Fitas zebadas, estimamos 100 rolos de 200m de comprimento (a contratada deverá fornecer quanto forem necessárias à execução dos serviços)	Unid.	7

Operador de Motosserra

Descrição	Unidade de Medida	Quantidade
Corda estática 11 mm, 300 metros	Unid.	2
Mosquetão de aço D 50kn	Unid.	30
Fita tubular 25mm 60 metros	Unid.	2
Freios em aço (oito com orelhas)	Unid.	4
Trava-quedas	Unid.	2
Polia oscilante	Unid.	3
Ascensor (jumar)	Unid.	3
Descensor (Evo)	Unid.	3
Mosquetões de alumínio	Unid.	30
sacola ou mochila para equipamentos	Unid.	2
Estribo 4 degraus	Unid.	6
Estilingues	Unid.	2

Observação 01.:A licitante deverá preencher nesta planilha a estimativa de custos unitários dos q de acordo com a categoria profissional.

Observação 02.:O quantitativo de materiais indicados pela Administração é meramente exemplificativo, podendo a empresa cotar outros materiais que achar necessário para a perfeita execução do serviço.

Insumos e Serviços Extras

Descrição dos insumos e serviços extras	Quantidade Estimada para 12 meses	Unidade de Medida
Fertilizante N-P-K de liberação lenta 15-09-12 enriquecido com micronutrientes (Mg 1%; S2,3%; B 0,02%; Cu 0,05%; Fe 1%; Mn 0,06%; Mo 0,002%; Zn 0,05%).	2640	Kg
Adubo N-P-K com a formulação de 4 partes de Nitrogênio, 14 partes de Fósforo e 8 partes de Potássio.	2640	Kg
Adubo N-P-K com a formulação de 10 partes de Nitrogênio, 10 partes de Fósforo e 10 partes de Potássio.	2640	Kg
Fertilizante organomineral foliar, totalmente solúvel em água que não oferece risco no seu manuseio e nem agride o meio ambiente. Com formulação de 08% de nitrogênio, 01% de Fósforo, 02% em Potássio e carbono total em 10%	300	Litros
Isca formicida para controle de formigas cortadeiras do gênero Atta (saúvas) e do gênero Acromyrmex (quenquéns). Composto por ingrediente ativo Sulfluramida e atrativo a base de polpa de laranja e óleos vegetais.	120	Gramas
Inseticida orgânico composto de óleo puro obtido a partir da prensagem à frio das amêndoas de sementes de Neem indiano (Azadirachta indica).	300	Litros
Inseticida Biológico a base de uma bactéria de ocorrência natural, Bacillus thuringiensis var. kurstaki (Btk). É utilizado para controle de lagartas.	6000	Gramas
Óleo Mineral Inseticida, acaricida, fungicida, adjuvante e espalhante adesivo. Mistura de hidrocarbonetos parafínicos, ciclo parafínicos e aromáticos saturados e insaturados provenientes da destilação do petróleo.	300	Litros
Fertilizante mineral misto a base de cobre, enxofre e cálcio. Composição garantida: 20% de Cobre (Cu), 03% de cálcio (Ca) e 10% de Enxofre (S).	36	Litros
Calcário. Pó de rocha sedimentares composta de argonita e/ou calcita e dolomita. Utilizado para correção do pH do solo e corrigir pequenas deficiências de magnésio, apresentando em sua composição a relação média de cálcio e magnésio de 7:1.	1800	Kg

Saquinho plástico preto para produção de mudas 15x15	120000	Unidade
Saquinho plástico preto para produção de mudas 20x25	120000	Unidade
Esterco curtido. Adubo orgânico rico em Nitrogênio. Confeccionado através de sementes de mamona trituradas.	1200	Kg
Torta de mamôna. Adubo orgânico rico em fósforo, cálcio e magnésio, nutrientes que, junto com o nitrogênio são fundamentais para a formação de folhas e frutos.	1200	Kg
Condicionador de solo classe "A", a base de turfas com alto teores de substâncias húmicas. Acondicionado em saco de 50Kg.	48	Unidade
Inseticidas são os defensivos químicos responsáveis pelo controle dos insetos que estejam causando danos à vegetação.	301	Litros
Fungicidas são os defensivos químicos que combatem a presença dos fungos que podem causar danos à vegetação.	303	Litros
Herbicida. Defensivos químicos utilizados no combate às plantas espontâneas indesejáveis.	304	Litros
Tela sombreadora 70% - 3x20 m (LxC)	120	Metros
Tela sombreadora 50% - 3x20 m (LxC)	120	Metros
Grama esmeralda. Nome científico: Zoyzia Japônica, m² do tapete	1200	M²
Saco plástico lixo, capacidade:100 l, cor: preta, apresentação: peça única, largura:80 cm, altura:100 cm, pacote com 100 unidades	120	Pacote
A manta geotêxtil não tecida atua como elemento filtrante em sistemas de drenagem, separa e inibi a mistura de diferentes materiais, reforça a estrutura de solo no qual está inserido, entre outras funções. 2,2 metros de altura por 100,0 de comprimento.	2	Unidade
Caixa plástica, comprimento 62 cm, largura 41 cm, altura 25 cm.	24	Unidade
Areia média lavada, em saco de 20 kg	240	Unidade
Contentor confeccionado em material plástico resistente, com tampa e rodas. Utilizado auxiliando a limpeza das áreas. Cor cinza.	304	Unidade
Pedra brita nº1, granito, em saco de 20 kg	240	Unidade
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Serviços Gerais)	100 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Serviços Gerais)	50 diárias de 4 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Jardineiro)	100 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Aux. de Jardineiro)	50 diárias de 4 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Jardineiro)	50 diárias de 8 horas	Diária
Limpeza de áreas para eventos (Jardineiro)	30 diárias de 4 horas	Diária

Observação 01: A licitante deverá considerar em seus custos os insumos e serviços **extras** necessários à perfeita execução dos serviços, quando necessários.

Observação 02: Os serviços e insumos **extras** serão planilhados separadamente e serão pagos mensalmente após recebimento da nota fiscal de prestação de serviço, pelo total entregue e/ou realizado no mês.

Mobiliário

TODAS AS CATEGORIAS PROFISSIONAIS

MOBILIÁRIO

Descrição	Quant.		Custo Unitário	Custo total	Informar a P Substituição
	Informar a Qtde de portas por Armário	Informar a Qtde total de Armários			
	Qtde. Total	0			
			R\$ -	R\$ -	
			R\$ -	R\$ -	S
			R\$ -	R\$ -	
VALOR MENSAL DO CUSTO DE MOBILIÁRIO					

A quantidade de armários unitários informada, não poderá ser menor que a quantidade total de profissionais. Caso ocorra, a célula "Valor Mensal do Custo de Mobiliário" dará a mensagem de "ERRO".

VALOR MENSAL TOTAL DIVIDIDO PELA QUANTIDADE TOTAL DE

Observação 01.:A licitante deverá indicar as especificações e o quantitativo suficiente dos armários para atender ao total de profissionais.

Observação 02.:A licitante deverá informar ainda a durabilidade (depreciação) dos armários, que deverão estar em perfeitas condições de uso durante toda vigência contratual, e serão periodicamente avaliados pela fiscalização do contrato.

Observação 03.:Para efeito de estimativa de preços foi considerado o tempo de vida útil (Depreciação) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. MCASP 8ª edição, sendo facultado à licitante utilizar outros fatores de acordo com sua discricionariedade.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO HENRIQUE CERQUEIRA ABREU**, **Chefe do Departamento de Serviços Gerais**, em 02/09/2021, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DARCY RODRIGUES DA SILVA**, **Analista de Gestão em Saúde**, em 02/09/2021, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO DA SILVA BRAGA**, **Assistente Técnico de Gestão em Saúde**, em 02/09/2021, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE DE OLIVEIRA CARIUZ**, **Gestor(a) do Departamento de Gestão Ambiental**, em 03/09/2021, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiane Sousa da Fonseca**, **Coordenadora Geral de Infra- Estrutura dos Campi, por Subdelegação.**, em 06/09/2021, às 08:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1051734** e o código CRC **C92743FF**.

